PUBLICAÇÕES LEGAIS

★ continuação

GAZIN SEGUROS S.A.

CNPJ nº 28.414.401/0001-07

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos disponíveis para venda		
Notas do Tesouro Nacional	BB-	BB-
Títulos mantidos até o vencimento		
Certificado de depósito bancário (CDB)	BB-	BB-
Debênture - Compromissada	BB-	BB-
5.4. Gestão do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente, seguimos a política corporativa da Seguradora para a gestão de caixa e investimentos. A política define as regras de investimento, composição das carteiras de ativo e limites para cada carteira. 5.5. Gestão de risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pela Seguradora e aprovados localmente no Conselho da Administração. Taxa de juros: Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e caixa e equivalentes da Seguradora estão classificados como:		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos; **Nível 2:** "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **5.6. Gestão do risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a concentração bruta de risco para os produtos da Seguradora está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Produto	Emittidos 2024	Emittidos 2023
0171 - Riscos Diversos	68.227	29.227
0195 - Extensão de garantia	175.620	164.695
0977 - Prestamista (Exceto Hab. Rur.) Coletivo	758	1.774
1377 - Prestamista	8.330	7.913
1390 - Eventos Aleatórios	10.165	7.840
1601 - Microseguros de Pessoas	2.423	1.247
1602 - Microseguros de Danos	5.797	4.146
Total	271.320	217.842

	31/12/2024	31/12/2023		
Grupo de Ramos*	Patrimonial	Pessoas	Total	%
Ramo				
(%) Cart.	92	8	100	-
Região Geográfica				
Centro-Oeste	100.887	7.568	108.455	40
Nordeste	13.325	39	13.364	5
Norte	117.302	11.043	128.345	47
Sudeste	11.894	1.867	13.761	5
Sul	6.235	1.160	7.395	3
Total	249.643	21.677	271.320	100

	31/12/2024	31/12/2023
Desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos salvados reconhecidos no ativo: O quadro de desenvolvimento de salvados tem como objetivo demonstrar o comportamento dos salvados recebidos no período do balanço, em relação ao mês em que o sinistro correspondente foi liquidado:		
Garantia Estendida	Salva-dos	Demais ramos
Montante realizado	Salva-dos	Montante realizado
Até 1 mês após o pagamento	603.242	Até 1 mês após o pagamento
2 meses após o pagamento	45.213	2 meses após o pagamento
3 meses após o pagamento	10.693	3 meses após o pagamento
4 meses após o pagamento	8.823	4 meses após o pagamento
5 meses após o pagamento	3.251	5 meses após o pagamento
6 meses após o pagamento	140	6 meses após o pagamento
7 meses após o pagamento	1.091	7 meses após o pagamento
8 meses após o pagamento	120	8 meses após o pagamento
9 meses após o pagamento	-	9 meses após o pagamento
10 meses após o pagamento	-	10 meses após o pagamento
11 meses após o pagamento	120	11 meses após o pagamento
12 meses após o pagamento	-	12 meses após o pagamento
18 meses após o pagamento	240	18 meses após o pagamento
24 meses após o pagamento	120	24 meses após o pagamento
30 meses após o pagamento	-	30 meses após o pagamento
Total	Subtotal	Subtotal
Na data-base das demonstrações financeiras, não há bens recuperados de sinistros disponíveis para venda, pois, por característica de operação da Companhia, os salvados são reconhecidos contabilmente como ativo da Companhia no momento da venda.		
14. Despesas Antecipadas	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de Capitalização	261	213
Despesa Antecipada - UP Front	1.809	425
Total	2.070	638

	31/12/2024	31/12/2023
Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido - 2024
Ativos pré-fixados - Privados	Aumento de 1% na taxa SELIC	152
Ativos pré-fixados - Privados	Redução de 1% na taxa SELIC	(152)
Ativos pós fixados - Públicos	Aumento de 1% na taxa IPCA	690
Ativos pós fixados - Públicos	Redução de 1% na taxa IPCA	(690)
Ativos pós fixados - Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC	79
Ativos pós fixados - Públicos	Redução de 1% na taxa SELIC	(79)
As aplicações financeiras e caixa e equivalentes da Seguradora estão classificados como:		
Carteira em 31 de dezembro de 2024	Nível I	Nível II
Equivalentes de Caixa	14.580	101
LFT - Letras Financeira do Tesouro	14.890	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	14.890	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	129.782	-
Quotas de Fundo de Investimentos	-	16.376
Certificado de Depósito Bancário	-	12.041
Operações Compromissadas	-	2.706
Total CDB + Quotas Investimento	159.252	31.224
Carteira em 31 de dezembro de 2023	Nível I	Nível II
Equivalentes de Caixa	13.158	209
LFT	13.158	-
LTN	13.158	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	136.004	-
Quotas de Fundo de Investimentos	41.533	41.533
Certificado de Depósito Bancário	10.716	10.716
Operações Compromissadas	2.508	2.508
Total	149.162	54.966

	31/12/2024	31/12/2023
5.7. Gestão de risco de capital - capital adicional para risco de subscrição e de crédito: A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou normas que alteraram, a partir de janeiro de 2008, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das Seguradoras. A partir de 2011, passaram a vigorar regras de alocação de capital para os riscos provenientes das operações de crédito realizadas com congêneres, resseguradores e entidades financeiras. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora está sendo apresentado na Nota 20 visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Seguradora está estudando modelo interno para cálculo do capital requerido. 6. Caixa e equivalente de caixa:		
Equivalentes de Caixa	101	208
Debêntures - Compromissada	2.706	2.508
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.807	2.716

	31/12/2024	31/12/2023				
7. Ativos financeiros: 7.1. Aplicações: A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:						
Classificação do Título	Prazos	Valor Mercado	Valor Curva	Valor MTM	Representatividade (%)	Indexador
Valor Justo por meio de resultado	05/2025	12.042	12.042	-	102% a 113% DI	-
CDB	07/2025	6.508	6.508	-	22,9	-
Quotas Investimentos	10/2025	9.868	9.868	-	34,7	-
Total CDB + Quotas Investimento	28.418	28.418	-	100	-	-

	31/12/2024	31/12/2023				
15. Imobilizado e Intangível: Composição do saldo						
Imobilizado						
Descrição	Saldo residual	Aquisições	Depreciação	Saldo residual	Custo Total	Depreciação Acumulada
Móveis e utensílios	8	21	(2)	27	33	(6)
Equipamentos	28	10	(9)	29	110	(81)
Total	36	31	(11)	56	143	(87)

	31/12/2024	31/12/2023
16. Contas a pagar: 16.1. Obrigações a pagar:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	247	195
Dividendos a Pagar	-	5.235
Aluguéis a Pagar	5	5
Participação nos lucros partes beneficiárias	115	96
Outras obrigações a pagar	269	201
Total de obrigações a pagar curto prazo	636	5.732
16.2. Impostos e encargos sociais a recluir:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
IR Retido de funcionários	22	25
IR Retido de terceiros	278	222
IOF a recluir	2.412	1.873
Contribuições previdenciárias	43	41
Fundo de garantia	9	9
Outros impostos e contribuições	20	34
Encargos Trabalhistas	157	128
Total de impostos e contribuições	2.939	2.332

	31/12/2024	31/12/2023
16.3. Impostos de Renda e Contribuição Social:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e após participações	47.185	36.962
Ações/Exclusões	1.002	525
Base de cálculo antes das compensações	48.187	37.487
Alíquota nominal	40%	40%
Imposto nominal	(19.275)	(14.995)
Imposto de renda correntes	11.971	9.298
Imposto de renda diferidos	(491)	-
Total despesa efetiva	11.480	9.190
Participação Social correntes	7.229	5.632
Contribuição Social diferidos	(69)	-
Total despesa efetiva	6.954	5.563
% Taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social	38%	39%

	31/12/2024	31/12/2023
17. Débitos das operações com seguros: 17.1. Prêmios a Restituir e Corretores de Seguros:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios a restituir	-	-
Corretores de Seguros	486	241
Total	486	241
17.2. Outros débitos operacionais:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
Representante de Seguros (i)	21.159	16.925
Provisões não judiciais (ii)	2.321	1.134
Outros Débitos com Seguros	1.157	540
Total	24.637	18.599

	31/12/2024	31/12/2023						
18. Provisões técnicas - Seguros: 18.1. Provisões técnicas								
Ramos	PPNG	PVR	PSL	IBNER	PDR	IBNR	Técnicas	
Danos	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
0171 - Riscos Diversos	37.862	19.786	41	-	2.231	31	-	-
0195 - Extensão de garantia	285.371	275.188	87	45	3.264	4.134	(156)	(156)
1602 - Microseguro de Pessoas	1602	1.987	-	-	90	189	-	-
Total curto prazo	211.154	187.213	128	45	5.585	4.354	(156)	(156)
Total longo prazo	115.453	109.748	-	-	-	-	-	-
Total	326.607	296.961	128	45	5.585	4.354	(156)	(156)

	31/12/2024	31/12/2023
16.5. Contas a receber: 16.5.1. Créditos tributários e previdenciários:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses após o pagamento	90	Até 12 meses após o pagamento
2 meses após o pagamento	6	2 meses após o pagamento
3 meses após o pagamento	2	3 meses após o pagamento
4 meses após o pagamento	1	4 meses após o pagamento
5 meses após o pagamento	1	5 meses após o pagamento
6 meses após o pagamento	-	6 meses após o pagamento
7 meses após o pagamento	-	7 meses após o pagamento
8 meses após o pagamento	-	8 meses após o pagamento
9 meses após o pagamento	-	9 meses após o pagamento
10 meses após o pagamento	-	10 meses após o pagamento
11 meses após o pagamento	-	11 meses após o pagamento
12 meses após o pagamento	-	12 meses após o pagamento
18 meses após o pagamento	-	18 meses após o pagamento
24 meses após o pagamento	-	24 meses após o pagamento
30 meses após o pagamento	-	30 meses após o pagamento

	31/12/2024	31/12/2023
16.5.2. Impostos e encargos sociais a recluir:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
IR Retido de funcionários	22	25
IR Retido de terceiros	278	222
IOF a recluir	2.412	1.873
Contribuições previdenciárias	43	41
Fundo de garantia	9	9
Outros impostos e contribuições	20	34
Encargos Trabalhistas	157	128
Total de impostos e contribuições	2.939	2.332

	31/12/2024	31/12/2023
16.6. Contas a receber: 16.6.1. Créditos tributários e previdenciários:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses após o pagamento	90	Até 12 meses após o pagamento
2 meses após o pagamento	6	2 meses após o pagamento
3 meses após o pagamento	2	3 meses após o pagamento
4 meses após o pagamento	1	4 meses após o pagamento
5 meses após o pagamento	1	5 meses após o pagamento
6 meses após o pagamento	-	6 meses após o pagamento
7 meses após o pagamento	-	7 meses após o pagamento
8 meses após o pagamento	-	8 meses após o pagamento
9 meses após o pagamento	-	9 meses após o pagamento
10 meses após o pagamento	-	10 meses após o pagamento
11 meses após o pagamento	-	11 meses após o pagamento
12 meses após o pagamento	-	12 meses após o pagamento
18 meses após o pagamento	-	18 meses após o pagamento
24 meses após o pagamento	-	24 meses após o pagamento
30 meses após o pagamento	-	30 meses após o pagamento

	31/12/2024	31/12/2023
16.6.2. Impostos e encargos sociais a recluir:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
IR Retido de funcionários	22	25
IR Retido de terceiros	278	222
IOF a recluir	2.412	1.873
Contribuições previdenciárias	43	41
Fundo de garantia	9	9
Outros impostos e contribuições	20	34
Encargos Trabalhistas	157	128
Total de impostos e contribuições	2.939	2.332

	31/12/2024	31/12/2023
16.6.3. Impostos de Renda e Contribuição Social:		
Até um ano	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e após participações	47.185	36.962
Ações/Exclusões	1.002	525
Base de cálculo antes das compensações	48.187	37.487
Alíquota nominal	40%	40%
Imposto nominal	(19.275)	(14.995)

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

*continuação

21. Detalhamento das contas da demonstração do resultado		
Prêmios emitidos	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	292.158	238.255
Prêmios RVNE	550	96
Prêmios Cancelados	(21.368)	(20.509)
Total - Prêmios emitidos	271.320	217.842
b) Variação das provisões técnicas		
Prêmios diretos	(28.937)	(29.342)
Provisão de Prêmios Não Ganhos	(28.937)	(29.342)
Total - Variação das provisões técnicas de prêmios	(57.874)	(58.684)
c) Sinistros ocorridos diretos		
Indenizações avisadas	(30.558)	(27.754)
Salvados	307	1.597
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR)	1.593	(2.566)
Variação das Despesas Relacionadas (IBNR)	(2)	(1)
Estimativa de Salvados e Ressarcidos - (IBNR)	5	-
Total - Sinistros ocorridos	(28.665)	(28.724)
d) Custos de aquisição		
Comissões corretoras direto	(165.677)	(136.244)
Comissões agências de corretagem	(8.339)	(6.08)
Outros Custos de Aquisição	(101)	(673)
Variação do Custo de Aquisição diferido	14.662	21.052
Total - Custos de aquisição	(159.506)	(121.946)

Paulo José da Silva
Diretor Técnico

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)		
31/12/2024	31/12/2023	
e) Outras receitas e despesas operacionais	33	2.735
Outras receitas operacionais	33	2.244
Outras despesas operacionais	(5.341)	(4.758)
Outras despesas com operações de seguros	(233)	(2)
Outras despesas com Capitalização	(4.601)	(3.737)
Despesas Diversas recuperáveis	(659)	(633)
Redução no valor recuperável	(22)	(286)
Total - Outras receitas e despesas operacionais	(5.308)	(2.514)
f) Despesas administrativas	(2.395)	(2.255)
Pessoal próprio	(3.725)	(3.579)
Serviços de terceiros	(1.200)	(801)
Localização e funcionamento	(3)	(3)
Publicidade e propaganda	(37)	(31)
Publicações Legais	(30)	(10)
Doações e Contribuições	(3)	(6)
Outras despesas administrativas	(7.313)	(6.682)
g) Despesas com tributos	(8.808)	(7.389)
COFINS	(2.104)	(1.201)
PIS	(2.205)	(1.909)
Taxa de fiscalização	(13.117)	(10.499)

Aparecido Benedito dos Santos
Diretor de Controles Internos

Peter Luiz Cruz Pregidio
Diretor Administrativo

Peter Luiz Cruz Pregidio
CRC - PR 06458/O-5

Parecer dos auditores atuariais independentes

Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros

riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da **Gazin Seguros S.A.** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **Gazin Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros aspectos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos

31/12/2024		31/12/2023	
Honorários de diretoria e encargos	350	434	434
Total	350	434	434
(b) Transações com partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis as praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são: (i) Recebimento de Prêmio referente a emissões de apólices de seguro dos ramos garantia estendida, vida individual e prestamista individual; (ii) Pagamento de comissão por corretagem de seguros; (iii) Comissões sobre prêmios emitidos. As partes relacionadas são:			
Nome	Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Prêmios a Receber	29.136	21.253
Total a receber		29.136	21.253
Nome	Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Comissões a pagar	16.103	11.485
Total a pagar		16.103	11.485

23. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequentes de 31 de dezembro de 2024 até a publicação destas demonstrações que requeremos divulgação.

Atuário Responsável
Sérgio Rangel Guimarães
MIBA 743

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025
Daniele Bellissimo Wlúk - Atuária MIBA 2841
ATUÁRIA BRASIL ASS. Reserva, Consultoria e Auditoria S/S Ltda. - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Cont. 601 - POA/RS

Aos Administradores e Acolistas da Gazin Seguros S.A. - Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **Gazin Seguros S.A.** - "Seguradora", em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros

relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto com os controles internos da Seguradora, não contenham distorção relevante, incluindo omissões, erros, omissão de informações relevantes, sendo que a fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de

informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e interpretação de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado com o ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025
Daniele Bellissimo Wlúk - Atuária MIBA 2841
ATUÁRIA BRASIL ASS. Reserva, Consultoria e Auditoria S/S Ltda. - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Cont. 601 - POA/RS

divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, de certa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Douradina, 25 de fevereiro de 2025

BDO
BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda. Ismael Nicomedes dos Santos
CRC 2 PR 006853/F-9 Contador CRC 1 SP 263668/O-4 - S - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
REPÚBLICAÇÃO DE AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 13/2025.
O Município de Xambre - PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 13/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preço, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal nº 56/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
OBJETO: Contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de Sistema(s) de Geração de Energia Fotovoltaica, conectado à rede ON-GRID da concessionária de energia, de acordo com o Instrumento de Repasse 4.128807/2023 firmado entre o Município de Xambre e a Caixa Econômica Federal - Programa Itaipu Mais Que Energia.
VALOR MÁXIMO: R\$ 1.235.011,44 (Um milhão duzentos e trinta e cinco mil onze reais e quarenta e quatro centavos).
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:00 horas do dia 21/03/2025.
Xambre - PR, 26 de fevereiro de 2025.
Jessica Almy de Oliveira
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO PARAÍSO

Av. Augusto José de Souza, nº1077
CEP 87 528-000 Fone: (0XX44) 3664-1093
conselhoaltooparaíso@hotmail.com
RESOLUÇÃO Nº 001, de 24 de janeiro de 2025, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Alto Paraíso.
Dispõe sobre a Aprovação de Emenda às equipamentos.
O Plano do Conselho Municipal de Saúde de Alto Paraíso, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 22, de 30/06/1993 alterada pela Lei Municipal nº 006/2005 e atualizado pela Lei Municipal 205/2011;
CONSIDERANDO reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Alto Paraíso, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.
Resolve:
Art. 1º Aprova a lista de equipamentos a serem adquiridos através da destinação de Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo que tais equipamentos foram adscritos em Ata nº 002/2025;
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Alto Paraíso, 24 de fevereiro de 2025
JAMIRO DE MESESES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 138/2025
DATA: 26/02/2025
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.
RESOLVE:
Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo de Alto Paraíso-PR, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato no Processo Licitatório nº 015/2025, Dispensa de Licitação nº 001/2025, a saber:
Gestor: TAYNARA SILVÉRIO DE OLIVEIRA SANTOS - CPF: 080.247.989-80; Fiscal Administrativo: MIRIAN APARECIDA RAMOS - CPF: 107.536.159-16.
Art. 2º Ao Gestor de Contrato cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.
Art.3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando ao contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.
Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Alto Paraíso-PR, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2025.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: A. DE ANDRADE BRONZE - EVENTOS
CNPJ: 37.495.428/0001-82
PROCESSO Nº 015/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2025
Objeto: LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES DE CARNAVAL 2025, DIAS, 01, 02 E 03 DE MARÇO DE 2025.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 26/02/2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 dias.
FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
REPÚBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
PORTARIA Nº 137/2025
DATA: 25/02/2025
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.
RESOLVE:
Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato no Processo Licitatório nº 018/2025, Inexigibilidade nº 007/2025, a saber:
Gestor: TAYNARA SILVÉRIO DE OLIVEIRA SANTOS - CPF: 080.247.989-80; Fiscal Administrativo: MIRIAN APARECIDA RAMOS - CPF: 107.536.159-16.
Art. 2º Ao Gestor de Contrato cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.
Art.3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando ao contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.
Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Alto Paraíso-PR, aos 25 dias do mês de fevereiro de 2025.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº. 007/2025
O Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Regimentais:
Considerando a realização da primeira Sessão Ordinária, dia 24/02/2025, nomeia para compor as Comissões Permanentes do Legislativo de Alto Piquiri - PR., para o ano de 2025, os seguintes vereadores:
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE: CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA - PSB
RELATOR: PAULO SÉRGIO DA SILVA - PSD
MEMBRO: ADELSON MASCARENA PEIXOTO OLIVEIRA - DC
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
PRESIDENTE: JANETE APARECIDA FRISON - PSD
RELATOR: SILVIO RICARDO DE MENEZES RONDIS - PSB
MEMBRO: THIAGO HENRIQUE DE ARAUJO DA SILVA - UNIÃO
COMISSÃO DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
PRESIDENTE: VAGNER UELINTON MICHELONI - PL
RELATOR: JANETE APARECIDA FRISON - PSD
MEMBRO: SILVIO RICARDO DE MENEZES RONDIS - PSB
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E ECOLOGIA
PRESIDENTE: PAULO SÉRGIO DA SILVA - PSD
RELATOR: CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA - PSB
MEMBRO: JEFFERSON ALEXANDRE DOS SANTOS - PSD
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de fevereiro de 2025.
REGINALDO DE SOUZA FREIRE
Presidente
Câmara Municipal de Alto Piquiri - PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 122/2025, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
SÚMULA: EXONERA, POR ABANDONO DE EMPREGO E DESISTÊNCIA DO CARGO PÚBLICO, A SERVIDORA ELIANE DA SILVA ROCHA CAVALCANTI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE - Prefeito Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 066/1993, de 03 de dezembro de 1993 - Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município; e CONSIDERANDO que a servidora ELIANE DA SILVA ROCHA CAVALCANTI, deixou de comparecer ao seu posto de trabalho após o término da Licença para Tratar de Assuntos de Interesses Particulares no 31/01/2023 e não atendeu a convocação da Portaria nº 073/2025, de 31 de janeiro de 2025, publicada no dia 08/02/2025, sem qualquer justificativa para tal ato, caracterizando em abandono de emprego e desistência do cargo público.
RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR, por abandono de emprego e desistência do cargo público, Sr.ª ELIANE DA SILVA ROCHA CAVALCANTI, brasileira, casada, inscrita na CI/RG sob n.º 8.017.011-4/PR e CPF sob n.º 030.788.329-96, Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA DO ENSINO INFANTIL.
Art. 2º - Em razão do disposto no artigo anterior, o Setor de Recursos Humanos deverá tomar todas as providências necessárias e legais para o cumprimento desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2025.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 103/2025, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025
SÚMULA: AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE - Prefeito Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei Municipal nº 650/2011, de 26 de julho de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 907/2020, de 18 de março de 2020.
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR o Servidor RICARDO EIDI MISAWA, brasileiro, solteiro, inscrito na CI/RG n.º 7.360.992-5/PR e CPF n.º 063.796.429-27, DIRETOR DE SAÚDE, viajar até Curitiba-PR, no dia 20 a 21 de fevereiro de 2025, para transporte de paciente do município, cabendo-lhe o pagamento de 01 (uma) diária e 1/2 meia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.
Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 120/2025, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025
SÚMULA: AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE - Prefeito Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei Municipal nº 650/2011, de 26 de julho de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 907/2020, de 18 de março de 2020.
RESOLVE:
LUIZ ELISEU DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito na CI/RG n.º 7.360.992-5/PR e CPF n.º 063.796.429-27, DIRETOR DE SAÚDE, a viajar até a cidade de Curitiba-PR, no dia 27 a 28 de fevereiro de 2025, para transporte de paciente do município, cabendo-lhe o pagamento de 01 (uma) diária e 1/2 meia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.
Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 003/2025
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.493/2023, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Vinícius Ferreira de Miranda Biasuz.
RESOLVE:
Fica o vereador Vinícius Ferreira de Miranda Biasuz, portador do CPF sob nº 073.869.869-55, autorizado viajar à cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, nos dias 12 a 14 de Fevereiro do corrente ano, para participar do curso sobre "Início de Mandato: Câmara Municipal, Estrutura, Funções e Prerrogativas dos Vereadores e a Atuação dos Servidores e Assessores", promovido pela LF - Grando Consultoria e Treinamentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 26.343.359/0001-55, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.493/2023.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.493/2023.
Salientando que a participação do(a) Vereador(a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, Registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR, em 10 de Fevereiro de 2025.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinícius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 002/2025
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.493/2023, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Daniel Tomio Furlan Kashivaiqui.
RESOLVE:
Fica o vereador Daniel Tomio Furlan Kashivaiqui, portador do CPF sob nº 095.847.869-90, autorizado viajar à cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, nos dias 12 a 14 de Fevereiro do corrente ano, para participar do curso sobre "Início de Mandato: Câmara Municipal, Estrutura, Funções e Prerrogativas dos Vereadores e a Atuação dos Servidores e Assessores", promovido pela LF - Grando Consultoria e Treinamentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 26.343.359/0001-55, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.493/2023.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.493/2023.
Salientando que a participação do(a) Vereador(a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, Registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR, em 10 de Fevereiro de 2025.
Presidente
Vinícius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 001/2025
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.493/2023, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Alton Ferreira Guimarães.
RESOLVE:
Fica o vereador Alton Ferreira Guimarães, portador do CPF sob nº 782.293.759-68, autorizado viajar à cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, nos dias 12 a 14 de Fevereiro do corrente ano, para participar do curso sobre "Início de Mandato: Câmara Municipal, Estrutura, Funções e Prerrogativas dos Vereadores e a Atuação dos Servidores e Assessores", promovido pela LF - Grando Consultoria e Treinamentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 26.343.359/0001-55, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.493/2023.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.493/2023.
Salientando que a participação do(a) Vereador(a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, Registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR, em 10 de Fevereiro de 2025.
Ovídio Alves Teixeira

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

SERVICO DE REGISTRO DE IMOVEIS
Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná
Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada - Decreto 4826/85

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL
N.º 01/2025

Elma Sueli Belga Ladeia, Agente Delegada do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná, convalidando no artigo 216-A, IV, da Lei nº 6.015/73 e artigo 656-E, III, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná - Foro Extrajudicial...

Faz saber a todos quanto este Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, em especial ao Senhor **VITELIO DAI BEM**, ou eventuais herdeiros e sucessores, que foi protocolado nesta Seccção, em 06/11/2024, às 13:57 horas, sob nº 62.196, no Livro I-II de Protocolo Geral, REQUERIMENTO pelo qual o Senhor **FABIO DE SOUZA FERREIRA**, brasileiro, trabalhador rural, portador da CI/RG nº 8.591.711-0/SISP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 011.151.841-56, casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **CRISTINA DE SAUSA PECHINHA FERREIRA**, brasileira, do lar, portadora da CI/RG nº 9.901.101-7/SISP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 066.435.399-19, residentes e domiciliados à Estrada Pé de Limão, s/n, Fazenda Monte Sinai, área rural, no Município de Brasilândia do Sul - PR.

REQUEREM o reconhecimento do direito de propriedade através da **TUSUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, nos termos do artigo 216-A, da Lei nº 6.015/73, do imóvel designado por Lote nº 28 da Quadra nº 11 da Planta Oficial do Município de "Brasilândia do Sul", Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná com **área de 346,00 m² sem benfeitorias**. - Dentro dos Seguintes Limites e Confrontações: Ao Noroeste - Limita-se e confronta-se com a Av. Zelinda Teixeira Lima Bertoldo (antiga Av. Brasil), numa distância retilínea de 12,00 metros, pelo Rumo: SO 35°45' NE - Ao Sudoeste - Limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 21, numa distância retilínea de 30,00 metros, pelo Rumo: NO 54°15' SE - Ao Nordeste - Limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 19, numa distância retilínea de 30,00 metros, pelo Rumo: SE 54°15' NO - Ao Sudeste - Limita-se e confronta-se com o Lote de Terra nº 09, numa distância retilínea de 12,00 metros, pelo Rumo: NE 35°45' SO - O imóvel acima descrito está matriculado sob nº 12.016, Livro 2 de Registro Geral, do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Alto Piquiri, Circunscrição de origem, cujo requerimento vem instruído com a documentação exigida por Lei. O requerimento e a documentação que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de (15) quinze dias para exame e eventual impugnação, neste Serviço de Registro de Imóveis, localizado na Rua 5 Independência nº 82, Centro, na Cidade de Alto Piquiri - PR, no horário das 8:30 e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis. Assim ficam **INTIMADOS**, os titulares de domínio, herdeiros ou sucessores, terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros em relação ao imóvel, a apresentarem impugnação escrita perante o Oficial deste Serviço de Registro de Imóveis, com as razões de sua impugnação e discordância, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da última publicação deste Edital, cientes de que, caso não contestado, presumir-se-ão os atos como verdadeiros, os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, com o competente registro nesta Circunscrição, como previsto no artigo 216-A, IV, § 6º, da Lei nº 6.015/73. Alto Piquiri - PR, aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e cinco (25/02/2025).

Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada - Decreto 4.826/85

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1466 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 2024, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo: ESPOLIO DE ALFREDO VIEIRA DO REGO, inscrita no CPF Nº. 257.009.799-34, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0005 Lote 0007, ZONA 1, AV DR ANGELO M DA FONSECA, n.º. 2652**, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 8306.

Da Infração: Deixou de agir com presteza nos compromissos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos arts. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO**, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Tosca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1339 / 2024

No dia 17 de janeiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. / 2024, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo: ANTONIO ROMERO FILHO, inscrita no CPF Nº. 114.886.209-97, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0001 Lote 0004, JARDIM MARIA LUCIA, RUA NOVA ALIANÇA, n.º. 3125**, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 125800.

Da Infração: Deixou de agir com presteza nos compromissos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos arts. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO**, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 709,24 (Setecentos e Nove Reais e Vinte e Quatro Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Tosca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Avenida Rio Branco 3590 Centro Cívico Umuarama-PR http://www.emuara.pr.gov.br

ATO DA MESA Nº 8/2025

Declara Ponto Facultativo nos dias 03, 04 e 05 de março de 2025, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições, e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 039/2025, de 20 de fevereiro de 2025;

CONSIDERANDO a ocorrência do Carnaval no dia 04 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica declarado Ponto Facultativo, no Poder Legislativo Municipal de Umuarama, nos dias 03, 04 e 05 de março de 2025, retornando ao expediente normal às 08h30min do dia 08 de março de 2025.

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 25 de fevereiro de 2025.

Luiz Antonio Cavioli
Presidente

Cris das Frutas
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
00125007102022-9E/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
CONECOS

AUTO DE INFRAÇÃO: 1466 / 2024 CADASTRO: 1-8306 ZONA: 0006 QUADRA: 0005 LOTE: 0007

CONTRIBUENTE: ESPOLIO DE ALFREDO VIEIRA DO REGO - CPF/CNPJ: 257.009.799-34 ENDEREÇO: AV ANGELO MOREIRA DA FONSECA, Nº 2652, CEP: 87501-009 - ZONA 1 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
00125007102022-9E/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
CONECOS

AUTO DE INFRAÇÃO: 1339 / 2024 CADASTRO: 1-125800 ZONA: 0001 QUADRA: 0001 LOTE: 0004

CONTRIBUENTE: ANTONIO ROMERO FILHO - CPF/CNPJ: 114.886.209-97 ENDEREÇO: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, Nº 2401 - JARDIM BEVEDEIRA, UMUARAMA-PR, CEP: 87505-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1538 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 2024, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo: ESPOLIO DE ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA, inscrita no CPF Nº. 844.852.878-53, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0002 Lote 0004, ZONA 5, AV PRES CASTELO BRANCO, n.º. 2003**, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 507400.

Da Infração: Deixou de agir com presteza nos compromissos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos arts. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO**, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Tosca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1461 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. / 2024, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo: CLAYTON SEBASTIAO MOREIRA, inscrita no CPF Nº. 818.787.379-53, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0011 Lote 0003, PARQUE DOS BANDEIRANTES, RUA OTAVIO BARBOSA DA SILVA, n.º. 1818**, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 331100.

Da Infração: Deixou de agir com presteza nos compromissos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos arts. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO**, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Tosca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1487 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. / 2024, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo: FELIPE FERNANDES SPHESS, inscrita no CPF Nº. 399.942.588-84, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0009 Lote 0004, JARDIM IBS, RUA SILVESTRE PIETUCHKI, n.º. SN**, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 641200.

Da Infração: Deixou de agir com presteza nos compromissos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos arts. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO**, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Tosca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
00125007102022-9E/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
CONECOS

AUTO DE INFRAÇÃO: 1487 / 2024 CADASTRO: 1-641200 ZONA: 0005 QUADRA: 0009 LOTE: 0004

CONTRIBUENTE: FELIPE FERNANDES SPHESS - CPF/CNPJ: 399.942.588-84 ENDEREÇO: AV PRANGANA, Nº 421, CEP: 87501-130 - ZONA 1 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
00125007102022-9E/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
CONECOS

AUTO DE INFRAÇÃO: 1538 / 2024 CADASTRO: 1-507400 ZONA: 0005 QUADRA: 0002 LOTE: 0004

CONTRIBUENTE: ESPOLIO DE ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 844.852.878-53 ENDEREÇO: AV PRES CASTELO BRANCO, Nº 2003, CEP: 87501-130 - ZONA 5 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
00125007102022-9E/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
CONECOS

AUTO DE INFRAÇÃO: 1461 / 2024 CADASTRO: 1-331100 ZONA: 0004 QUADRA: 0011 LOTE: 0003

CONTRIBUENTE: CLAYTON SEBASTIAO MOREIRA - CPF/CNPJ: 818.787.379-53 ENDEREÇO: RUA LEONILDO STECCA, Nº 2589 ED. LAKE PARK - APTD 124 - JD. CRUZEIRO, UMUARAMA-PR, CEP: 87504-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1491 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. / 2024, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo: JORGE AUGUSTO GUTIERRE PONA, inscrita no CPF Nº. 041.261.359-40, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0009 Lote 0005, GLEBA 14 - FIGUEIRA, AV ROTARY, n.º. 2550**, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 883600.

Da Infração: Deixou de agir com presteza nos compromissos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos arts. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO**, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Tosca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1429 / 2024

No dia 13 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. / 2024, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo: JOSE WANDERLEY GIMENS CORREA, inscrita no CPF Nº. 527.194.219-87, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0003 Lote 0005, CONJUNTO RESIDENCIAL SONHO MEU, RUA CRUZ E SOUZA, n.º. 2438**, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 421400.

Da Infração: Deixou de agir com presteza nos compromissos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos arts. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO**, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Tosca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 108, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
Declara Ponto Facultativo nos dias 03 e 04 de março de 2025, e horário especial de expediente de trabalho no dia 05 de março de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal; CONSIDERANDO que no dia 04 de março de 2025 (terça-feira) é comemorado a festa folclórica do Carnaval;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 8113, de 29 de novembro de 2024;

CONSIDERANDO o memorando Protocolo nº 2025001040 encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Declara Ponto Facultativo nos dias 03 e 04 de março de 2025, e horário especial de expediente no dia 05 de março de 2025 (quarta-feira), sendo do 12h às 17h.

Art. 2º Nas datas constantes, não haverá consequência de expediente de trabalho nos Órgãos Públicos Municipais da administração Direta e Indireta, com exceção dos serviços públicos essenciais que, por sua natureza não possam sofrer paralisação, conforme escalas estabelecidas pelos respectivos departamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
00125007102022-9E/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
CONECOS

AUTO DE INFRAÇÃO: 1491 / 2024 CADASTRO: 1-883600 ZONA: 0002 QUADRA: 0000 LOTE: 0005

CONTRIBUENTE: JORGE AUGUSTO GUTIERRE PONA - CPF/CNPJ: 041.261.359-40 ENDEREÇO: RUA PAULO PICKER, Nº 1108, CEP: 87505-140 - JARDIM BEVEDEIRA - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
00125007102022-9E/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
CONECOS

AUTO DE INFRAÇÃO: 1429 / 2024 CADASTRO: 1-421400 ZONA: 0007 QUADRA: 0043 LOTE: 0035

CONTRIBUENTE: JOSE WANDERLEY GIMENS CORREA - CPF/CNPJ: 527.194.219-87 ENDEREÇO: RUASANTA IZABEL, Nº 2923 - JARDIM MONTE CARLO, UMUARAMA-PR, CEP: 87506-530

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1493 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. /2024, constatei-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
IZABEL CRISTINA FERRARI MAEDA, inscrita no CPF Nº. 007.256.089-80, legítima proprietária, possuidora ou seu sucessor(a) do imóvel, sítio **Quadra 0004 Lote 11B**, JARDIM SAO FRANCISCO, RUA OLAVO MADEIRA DE ARAUJO, nº. 2787, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 4469630.

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Toesca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1488 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. /2024, constatei-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
FELIPE FERNANDES SPIESS, inscrita no CPF Nº. 359.942.958-84, legítima proprietária, possuidora ou seu sucessor(a) do imóvel, sítio **Quadra 0009 Lote 0005**, JARDIM IBIS, RUA SILVESTRE PIETCHAKI, nº. S/Nº, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 4412700.

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Toesca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2137 / 2025
SEQUENCIA: 23

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, quanto ao imóvel. **Quadra: 0020, Lote: 0002 - PARQUE RESIDENCIAL BELO HORIZONTE - N.º S/Nº**.

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiros a sua propriedade ou estabelecimento**.

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações**.

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter rasados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

THAIS DANIELLE ROMERO CPF/CNPJ: 00404528910
CADASTRO: 684950 QUADRA: 0020 LOTE: 0002
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR FAUSTINO LIVONI, S/Nº CEP: 87507645
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL BELO HORIZONTE COMPLEMENTO:

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

AUTO DE INFRAÇÃO: 1493 / 2024 CADASTRO: 1-4669630 ZONA: 0002 QUADRA: 0004 LOTE: 11BA

CONTRIBUINTE: IZABEL CRISTINA FERRARI MAEDA - CPF/CNPJ: 007.256.089-80
ENDEREÇO: RUA ELOY BAPTISTA LOPES, Nº 406, CEP: 87502-100 - JARDIM ARATIMBO - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

AUTO DE INFRAÇÃO: 1488 / 2024 CADASTRO: 1-4612700 ZONA: 0005 QUADRA: 0009 LOTE: 0005

CONTRIBUINTE: FELIPE FERNANDES SPIESS - CPF/CNPJ: 359.942.958-84
ENDEREÇO: AV IPIRANGA, Nº 4121, CEP: 87501-130 - ZONA 1 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

COMUNICADO: 23 / 2137 / 2025
THAIS DANIELLE ROMERO CPF/CNPJ: 00404528910
ENDEREÇO: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, Nº 2401, JD. BELVEDERE, UMUARAMA-PR, CEP: 87505-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1465 / 2024

No dia 14 de fevereiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. /2024, constatei-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
MATHIÉS ANDRADE FRASQUETTI, inscrita no CPF Nº. 184.709.609-56, legítima proprietária, possuidora ou seu sucessor(a) do imóvel, sítio **Quadra 0005 Lote 01B**, JARDIM SOLIAR, RUA ARNALDO JOSE BERLINO, nº. S/Nº, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 4942928.

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 743,50 (Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Toesca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2142 / 2025
SEQUENCIA: 30

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, quanto ao imóvel. **Quadra: 0010, Lote: 0007 - JARDIM JABORANDY - N.º S/Nº**.

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiros a sua propriedade ou estabelecimento**.

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações**.

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter rasados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

CLODOALDO TEIXEIRA CPF/CNPJ: 77478193900
CADASTRO: 2791600 QUADRA: 0010 LOTE: 0007
ENDEREÇO: RUA DIAMANTE, S/Nº CEP: 87508-258
BAIRRO: JARDIM JABORANDY COMPLEMENTO:

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: 3

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, quanto ao imóvel. **Quadra: 0002, Lote: 0009 - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/Nº**.

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiros a sua propriedade ou estabelecimento**.

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações**.

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter rasados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

NAIR APARECIDA DOS SANTOS BATISTELA CPF/CNPJ: 02541288905
CADASTRO: 5536000 QUADRA: 0002 LOTE: 0009
ENDEREÇO: RUA ANTONIA FRACASSE GOMES, S/Nº CEP: 87507681
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

AUTO DE INFRAÇÃO: 1465 / 2024 CADASTRO: 1-4942928 ZONA: 0011 QUADRA: 0005 LOTE: 01B

CONTRIBUINTE: MATHIÉS ANDRADE FRASQUETTI - CPF/CNPJ: 184.709.609-56
ENDEREÇO: RUA ARNALDO JOSE BERLINO, Nº S/Nº, CEP: 8751074 - JARDIM SOLIAR - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

COMUNICADO: 30 / 2142 / 2025
CLODOALDO TEIXEIRA CPF/CNPJ: 77478193900
ENDEREÇO: RUA DIAMANTE, Nº 1211, CON R OURO BRANCO, UMUARAMA/PR, CEP: 87508-258

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2142 / 2025
SEQUENCIA: 35

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, quanto ao imóvel. **Quadra: 0005, Lote: 608B - JARDIM YONEZU - N.º S/Nº**.

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiros a sua propriedade ou estabelecimento**.

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações**.

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter rasados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

REALIZING DREAMS LTDA CPF/CNPJ: 3031881000104
CADASTRO: 3774700 QUADRA: 0005 LOTE: 608B
ENDEREÇO: RUA JAPURA, Nº 3653 CEP: 87501100 CIDADE: UMUARAMA UF: PR
BAIRRO: JARDIM YONEZU COMPLEMENTO:

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: 23

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, quanto ao imóvel. **Quadra: 0006, Lote: 0009 - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/Nº**.

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiros a sua propriedade ou estabelecimento**.

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações**.

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter rasados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

JAIR ZAFFALON CPF/CNPJ: 27713660968
CADASTRO: 5541000 QUADRA: 0006 LOTE: 0009
ENDEREÇO: AV THIAZE GOMES PELICER, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 1343 / 2024

No dia 17 de janeiro de 2025, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. / 2024, constatei-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
FELIPE FERNANDES SPIESS, inscrita no CPF Nº. 359.942.958-84, legítima proprietária, possuidora ou seu sucessor(a) do imóvel, sítio **Quadra 0009 Lote 0004**, JARDIM IBIS, RUA SILVESTRE PIETCHAKI, nº. S/Nº, nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário nº. 6612600.

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1º e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 709,24 (Setecentos e Nove Reais e Vinte e Quatro Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025.

Gilberto Toesca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

AUTO DE INFRAÇÃO: 1487 / 2024 CADASTRO: 1-4612600 ZONA: 0005 QUADRA: 0009 LOTE: 0004

CONTRIBUINTE: FELIPE FERNANDES SPIESS - CPF/CNPJ: 359.942.958-84
ENDEREÇO: AV IPIRANGA, Nº 4121, CEP: 8750110 - ZONA 1 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

COMUNICADO: 23 / 2141 / 2025
JAIR ZAFFALON CPF/CNPJ: 27713660968
ENDEREÇO: AV DRANGELO M DA FONSECA, Nº 606 CEP: 87506370 CIDADE: UMUARAMA UF: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
90125630710202-0E-PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda
Correios

AUTO DE INFRAÇÃO: 1487 / 2024 CADASTRO: 1-4612600 ZONA: 0005 QUADRA: 0009 LOTE: 0004

CONTRIBUINTE: FELIPE FERNANDES SPIESS - CPF/CNPJ: 359.942.958-84
ENDEREÇO: AV IPIRANGA, Nº 4121, CEP: 8750110 - ZONA 1 - UMUARAMA-PR

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: 24

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, NOTIFICADO(A), quanto ao imóvel, **Quadra: 0006, Lote: 013B - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/N.º**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descreio acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e varrição fronteira a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de conservação seus quintais, jardins, terrenos e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter recados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de assio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

DIRCE NASCIMENTO MARTINUSSI CPF/CNPJ: 75823306920
CADASTRO: 5541420 QUADRA: 0006 LOTE: 013B
ENDEREÇO: RUA BENEDITO CASSIMIRO DOS SANTOS, S/Nº CEP: 87507682
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: 64

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, NOTIFICADO(A), quanto ao imóvel, **Quadra: 0013, Lote: 0011 - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/N.º**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descreio acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e varrição fronteira a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de conservação seus quintais, jardins, terrenos e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter recados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de assio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

DIRCE NASCIMENTO MARTINUSSI CPF/CNPJ: 75823306920
CADASTRO: 5541420 QUADRA: 0006 LOTE: 013B
ENDEREÇO: RUA BENEDITO CASSIMIRO DOS SANTOS, S/Nº CEP: 87507682
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: 64

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, NOTIFICADO(A), quanto ao imóvel, **Quadra: 0013, Lote: 0011 - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/N.º**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descreio acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e varrição fronteira a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de conservação seus quintais, jardins, terrenos e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter recados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de assio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

JONAS RODRIGUES JUNIOR CPF/CNPJ: 01832390918
CADASTRO: 5554500 QUADRA: 0013 LOTE: 0011
ENDEREÇO: RUA BENEDITO CASSIMIRO DOS SANTOS, S/Nº CEP: 87507682
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: 65

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, NOTIFICADO(A), quanto ao imóvel, **Quadra: 0013, Lote: 0012 - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/N.º**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descreio acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e varrição fronteira a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de conservação seus quintais, jardins, terrenos e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter recados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de assio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

JONAS RODRIGUES JUNIOR CPF/CNPJ: 01832390918
CADASTRO: 5554500 QUADRA: 0013 LOTE: 0012
ENDEREÇO: RUA BENEDITO CASSIMIRO DOS SANTOS, S/Nº CEP: 87507682
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: 65

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, NOTIFICADO(A), quanto ao imóvel, **Quadra: 0013, Lote: 0012 - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/N.º**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descreio acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e varrição fronteira a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de conservação seus quintais, jardins, terrenos e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter recados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de assio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

JONAS RODRIGUES JUNIOR CPF/CNPJ: 01832390918
CADASTRO: 5554500 QUADRA: 0013 LOTE: 0012
ENDEREÇO: RUA BENEDITO CASSIMIRO DOS SANTOS, S/Nº CEP: 87507682
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2141 / 2025
SEQUENCIA: III

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, NOTIFICADO(A), quanto ao imóvel, **Quadra: 0018, Lote: 021A - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º S/N.º** - LOTE Nº 21A, DA SUBDIVISÃO DO LOTE Nº 21

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descreio acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e varrição fronteira a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de conservação seus quintais, jardins, terrenos e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter recados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de assio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

JOSSMAR CHICUTA NUNES CPF/CNPJ: 87061007168
CADASTRO: 554410 QUADRA: 0018 LOTE: 021A
ENDEREÇO: RUA BENEDITO CASSIMIRO DOS SANTOS, S/Nº CEP: 87507682
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO: LOTE Nº 21A, DA SUBDIVISÃO DO LOTE Nº 21

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

JOSSMAR CHICUTA NUNES CPF/CNPJ: 87061007168
CADASTRO: 554410 QUADRA: 0018 LOTE: 021A
ENDEREÇO: RUA FRANCISCA CLEMENTE LANUZE, Nº 498, PARQUE DAS NAÇÕES,
UMUARAMA/PR-PR, CEP: 87.56-2.970

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº 2120 / 2024
SEQUENCIA: 39

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, NOTIFICADO(A), quanto ao imóvel, **Quadra: 0022, Lote: 00A4 - PARQUE COLINA VERDE - N.º: 1397 - DA ALTERAÇÃO DO LOTE "A", DA ALTERAÇÃO DOS LOTES Nº 01 A 48**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**, descreio acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e varrição fronteira a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de conservação seus quintais, jardins, terrenos e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter recados e limpos os terrenos vazios**, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiro ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de assio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017.

Resalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

Atenciosamente Umuarama, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

Gilberto Toesca de Aquino
Fiscal
Matrícula: 37214

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

ANTONIO JOCEMAR VELOSO DE ARAUJO JUNIOR CPF/CNPJ: 03722883911
CADASTRO: 619660 QUADRA: 0022 LOTE: 00A4
ENDEREÇO: RUA ALDEINO SALLA, 1397 CEP: 87507801
BAIRRO: PARQUE COLINA VERDE COMPLEMENTO: DA ALTERAÇÃO DO LOTE "A", DA ALTERAÇÃO DOS LOTES Nº 01 A 48

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

ANTONIO JOCEMAR VELOSO DE ARAUJO JUNIOR CPF/CNPJ: 03722883911
CADASTRO: 619660 QUADRA: 0022 LOTE: 00A4
ENDEREÇO: RUA ALDEINO SALLA, 1397 CEP: 87507801
BAIRRO: PARQUE COLINA VERDE COMPLEMENTO: DA ALTERAÇÃO DO LOTE "A", DA ALTERAÇÃO DOS LOTES Nº 01 A 48

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

ANTONIO JOCEMAR VELOSO DE ARAUJO JUNIOR CPF/CNPJ: 03722883911
CADASTRO: 619660 QUADRA: 0022 LOTE: 00A4
ENDEREÇO: RUA ALDEINO SALLA, 1397 CEP: 87507801
BAIRRO: PARQUE COLINA VERDE COMPLEMENTO: DA ALTERAÇÃO DO LOTE "A", DA ALTERAÇÃO DOS LOTES Nº 01 A 48

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP: 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Carta
90125037/2022-SE/PR
Município de Umuarama
Secretaria de Fazenda

ANTONIO JOCEMAR VELOSO DE ARAUJO JUNIOR CPF/CNPJ: 03722883911
CADASTRO: 619660 QUADRA: 0022 LOTE: 00A4
ENDEREÇO: RUA ALDEINO SALLA, 1397 CEP: 87507801
BAIRRO: PARQUE COLINA VERDE COMPLEMENTO: DA ALTERAÇÃO DO LOTE "A", DA ALTERAÇÃO DOS LOTES Nº 01 A 48

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 109/2025
SÚMULA Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por anulação de dotação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados a suplementar dotações do orçamento corrente do Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 95, de 23/12/2024 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL-LOA). CONSIDERANDO, a insuficiência de saldos nas rubricas de despesa específicas no orçamento do legislativo municipal vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por anulação de dotação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados a suplementar dotações do orçamento corrente do Executivo Municipal, conforme a seguir:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 - DIVISÃO
09.002.10.301.0021.2044 - Manutenção e Encargos com os Repasses do Fundo Estadual de Saúde

FONTE 501 - Receita de Alienação de Ativos
(198) 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações R\$ 70.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....R\$ 70.000,00

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º desta Lei, nos termos do Artigo 43, § 1º inciso III da Lei Federal 4.320/64, o Executivo Municipal utilizar-se-á do cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAGEM E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
08.001.15.451.0030.1032 - Obras de Infraestrutura Urbana - Vias Urbanas
FONTE 501 - Receita de Alienação de Ativos
(107) 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações R\$ 70.000,00
TOTAL DE CANCELAMENTOS.....R\$ 70.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as ações da Lei nº 86, de 20/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022/2025, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como Ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 48, de 12/07/2024, que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2025 (LDO), a Lei nº 95/2024 de 23/12/2024 que trata do Orçamento Anual para o Exercício de 2025, no que couber.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 (VINTE E SEIS) DIAS DO MÊS FEVEREIRO DE 2025.

ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Douradina - PR, no uso de suas atribuições legais avisa a todos os interessados em participar do Pregão Eletrônico nº 11/2025, processo nº 13/2025, destinado a Seleção de propostas no sentido de contratar empresa para fornecer serviços, materiais e peças de auto elétrica destinadas à frota de veículos da Prefeitura Municipal de Douradina-PR, que houve alteração no Termo de Referência, com a inclusão do item 1.1.1, bem como na Ata de Registro de Preço. E nos itens 48, 49 e 50 acrescentou-se a descrição " - de 20 Ampères". Ressalta-se que a abertura da sessão permanece inalterada, uma vez que o prazo legal de publicação foi respeitado.

Douradina-PR, 26 de fevereiro de 2025.
Sara Daniele Gonçalves
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

R\$ 1,00

DEPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LÍQUIDAS	RESCISAS EM RESTOS A PAGAR NÃO
DEPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.831.284,16	-
Personal Alvo	19.197.514,73	-
Vencimentos, Variáveis e Outras Despesas Variáveis	17.735.435,62	-
Obrigações Patronais	1.462.079,11	-
Despesas Inativas e Pensionistas	57.800,43	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-
Proletos	57.900,43	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação da forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.377.863,00	-
Despesas com Pessoal em Exercício Organizationalmente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADÁVEIS (II) de 1º ao 18 da LRF)	823.564,46	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	823.564,46	-
Despesas de Exercício Anterior de período anterior ao da apropriação	-	-
Despesas de Exercício Anterior de período anterior ao da apropriação	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Agências Comunitárias de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 186, §1º)	-	-
Parcela dedutível referente ao plano salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Patente ADCT art. 38, §2º)	-	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	19.800.719,70	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	42.352.238,83	-
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF (V))	-	-
(*) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 186, §1º (VI))	329.776,00	-
(*) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VII)	-	-
= RECETA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV) - (V) - (VI) - (VII)	41.747.452,83	47,45
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (II)	19.800.719,70	47,45
LIMITE MÁXIMO (X) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	25.048.471,70	60,00
LIMITE FISCIONAL (XI) (art. 105, VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	23.736.048,12	57,00
LIMITE DE ALERTA (XII) = (100 X IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	22.543.624,53	54,00

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior atribuído a ser informado nesse campo. Esses valores não afetam a atribuição pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser estalados.

Note:

LUIZ ELISEU DOS SANTOS Prefeito Municipal
RENATO AP

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Municipal de Umuarama
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025 – CULTURA VIVA
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE UMUARAMA
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA O Município de Umuarama, através da Fundação Cultural de Umuarama/PR (FCU) torna público o presente Edital para o desenvolvimento da "REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR por meio da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

O presente edital é regido pelo disposto na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 (PNAB), no Decreto nº 11.740, de 18 de setembro de 2023, e Portaria Minc nº 80, de 27 de outubro de 2023 (Regulamentam a PNAB), no Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento), na Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa Minc nº 08, de 11 de maio de 2016, e na Instrução Normativa Minc nº 12, de 28 de maio de 2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV).

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras deste edital e como fazer para inscrever seu projeto.

Estamos muito felizes com seu interesse em participar desta política. Boa leitura.

1. OBJETO

1.1 Este Edital tem por objeto a seleção de projetos que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.

1.2 Poderão participar deste edital Pontos de Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ sem fins lucrativos, bem como coletivos sem CNPJ sem fins lucrativos que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.

1.3 De acordo com o Art. 4º da **LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014, Pontos de Cultura** são "entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades".

1.4 Quadro de Vagas

ITEM	CATEGORIA	Número de vagas Categoria Livre (sem cotas)	Pessoas negras (pretas ou pardas)	Pessoas indígenas *	Pessoas com deficiência *	Número total de vagas com CNPJ sem fins lucrativos para categoria	Valor disponível por projeto selecionado (R\$)	Valor total da categoria selecionada (R\$)
1	PROJETOS CONTINUADOS VOTADO APENAS PARA PONTOS DE UMUARAMA COM CNPJ SEM FINS LUCRATIVOS, COM ATIVIDADES COMPREENDIDAS A MAIS DE 12 MESES ANTES DA ABERTURA DO EDITAL	4	2	1	1	8	R\$ 18.391,98	R\$ 147.135,84
2	PROJETOS CONTINUADOS VOTADO APENAS PARA PONTOS DE UMUARAMA DE COLETIVOS SEM CNPJ, COM ATIVIDADES COMPREENDIDAS A MAIS DE 12 MESES ANTES DA ABERTURA DO EDITAL	2	1	1	0	4	R\$ 18.391,98	R\$ 73.567,92

2. RECURSOS

2.1 Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao Município de Umuarama/PR por meio da PNAB, e tem o valor total de R\$ 220.703,78 (duzentos e vinte mil, setecentos e três reais e setenta e oito centavos), para a seleção de 12 (doze) projetos, dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo 1 deste edital, no valor de R\$ 18.391,98 (dezoito mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos) cada projeto, de acordo com a Dotação Orçamentária abaixo:

ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
Ação Cultural	3 3 90 36.000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA Física	301063
Ação Cultural	3 3 90 39 00 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA Jurídica	301063

2.2 Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja excedente de recursos da PNAB advindo de outros editais ou de rendimentos, ou caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes, as vagas podem ser ampliadas para contemplar mais projetos.

3. CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA

3.1 O Cadastro Nacional de Pontos de Cultura é um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura. Compõe o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

3.2 Como já especificado, podem participar deste edital entidades e coletivos ainda não certificados como Ponto de Cultura. Para participarem e serem certificadas como Pontos de Cultura por meio deste Edital, tais entidades deverão:

- Obter pontuação mínima de 50 pontos (50% do total) no Bloco 1 (Avaliação da atuação da entidade cultural) dos Critérios de Avaliação (Anexo 2), relacionado ao histórico de atuação da entidade e coletivos, sendo avaliada pela Comissão de Seleção a partir do portfólio (relatório com material de comprovação das atividades), da Ficha de Inscrição e demais conteúdos enviados pela entidade e coletivos, o que lhe caracterizará como "pré-certificada";
- Atender aos requisitos documentais solicitados na fase seguinte, de Habilitação, o que lhe caracterizará como "certificada";

3.3 Caso a entidade ou coletivo não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação como Ponto de Cultura, conforme indicado no item 3.2, I, o projeto será desclassificado.

3.4 Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificada como Ponto de Cultura, no Formulário de Inscrição, a certificação será verificada pelo Fundação Cultural de Umuarama - FCU na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada a certificação, a entidade ou coletivo passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades não certificadas, podendo, no máximo, ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste Edital (sendo possível a apresentação de recurso, na Fase de Seleção).

3.5 As entidades que tenham sua certificação como Ponto de Cultura emitida pelo Ministério da Cultura e localizada pela Fundação Cultural de Umuarama não precisarão obter a pontuação mínima indicada no item 3.2, I, mas terão sua atuação avaliada pela Comissão de Seleção, conforme os Critérios de Avaliação deste edital (Anexo 2).

3.6 Este edital não certificará novos coletivos e entidades como Pontos de Cultura. Caso o coletivo ou entidade participante não seja, anteriormente, certificada poderá ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste edital.

3.7 A Fundação Cultural de Umuarama - FCU enviará à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (conforme modelo a ser disponibilizado), após a fase de Habilitação, a relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital, para que constem na base de dados do Cadastro Nacional de Pontos de Cultura.

3.8 A emissão da Certificação Simplificada por parte do Ministério da Cultura, após envio da relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital por parte da Fundação Cultural de Umuarama, não compromete o possível celebração do TCC.

4. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL

4.1 Poderão participar deste edital:

- Pontos de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ (aqui tratados, também, como entidades culturais);
- Pontos de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura sem constituição jurídica, ou seja, sem CNPJ (aqui tratados, também, como coletivos culturais);
- Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (com CNPJ - aqui tratados, também, como entidades culturais) que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital;
- Coletivos informais (sem constituição jurídica), representados por pessoas físicas, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.

4.1.1. Em todos os casos, é necessário que as entidades e coletivos comprovem, no mínimo, **2 (anos)** de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios, conforme disposto no Art. 24, inciso IX, item "a", da Instrução Normativa Minc nº 08, de 11 de maio de 2016;

5. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL

5.1 Não podem participar do presente Edital:

- coletivos informais representados por pessoas menores de 18 (dezoito) anos;
- instituições privadas com fins lucrativos;
- Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
- Entidades vinculadas a equipamentos públicos (como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);
- Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
- Instituições integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);
- Instituições privadas sem fins lucrativos e coletivos informais;

A) que não possuam comunidade experienciada de, no mínimo, 2 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local;

B) que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:

B1: agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental (Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

servidor público vinculado ao órgão responsável pela seleção pública do ente federativo, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

B2: membro do Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador) ou do Tribunal de Contas da União (Auditores e Conselheiros), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

VIII. Partidos políticos e suas instituições;

IX. Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau.

X. Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.

XI. Membros do Conselho Municipal de Cultura que não inserirem a declaração no ato da inscrição de não participação direta na etapa de elaboração do edital (participação direta refere-se as definições de Nº de vagas, critérios de avaliação, valores, análise do Mérito).

Atenção! Membros de entidades e coletivos que integrem Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadrem nas situações previstas no item 5.1.

Atenção! A participação de membros de entidades e coletivos em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

6. ETAPA DE INSCRIÇÃO

6.1 Este edital é composto pelas seguintes etapas:

- Inscrições** – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
- Seleção** – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
- Habilitação** – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
- Certificação do Ponto de Cultura** – O Documento será encaminhado pela Fundação Cultural de Umuarama
- Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

6.2 As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas no período de **26/02/2025 a 09/03/2025, por meio dos links abaixo: Não serão aceitas inscrições e enviados por outros formatos, nem fora do prazo.**

FASE	ETAPA	LINK e OBSERVAÇÕES	DATAS
1	Inscrição das candidaturas, a ser realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção.	https://forms.gle/z1MU59PeixWn468	26/02 a 12/03
	Resultado da Seleção – Mérito	Após 6 dias úteis	20/03
	Prazo de Recursos – Mérito	Após a publicação do resultado da seleção, caberá recurso dentro de 03 (três) dias úteis - cultura@umuarama.pr.gov.br	25/03
2	RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO	Até 05 dias úteis	01/04
	Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritas no tópico 6.2 a ser realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção.	Apenas os selecionados e convocados no resultado final da fase 1 (mérito) devem enviar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis , a contar da publicação do Resultado Final da Fase de Mérito, a documentação solicitada em edital através do seguinte link: https://forms.gle/g5rTja3Mmrv98Dz8	02/04 a 08/04
	Resultado Preliminar da Fase de Seleção	Em até 05 (cinco) dias úteis.	16/04
	Prazo de recurso – Habilitação	03 dias úteis cultura@umuarama.pr.gov.br	23/04
3	RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO	cultura@umuarama.pr.gov.br	Após dia 29/04
	Encaminhamento para certificação do Ponto de Cultura	A depender Ministério da Cultura.	definir no da
4	Recibimento da certificação do Ponto de Cultura	A depender Ministério da Cultura.	definir no da
	Assinatura de TCC	A depender Ministério da Cultura.	definir no da

Pagamento		A depender Ministério da Cultura.
Prestação de contas	Até 180 dias após assinatura do TCC.	definir no da

a. O cronograma é passível de correções. 6.3 A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos:

- Formulário de Inscrição (Google Forms);
- Plano de Trabalho (Conforme Anexo 3)
- Plano de Aplicação de recursos (Conforme Anexo 4)
- Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural há pelo menos 02 (dois) anos no Município de Umuarama/PR**, por meio de informações sobre as ações da entidade cultural: cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual (endereço eletrônico aberto, vídeos, entre outros); publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas; entre outros. Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes (nos últimos dois anos), que demonstrem as atividades realizadas pela entidade. Esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Critérios de Avaliação (Anexo 2);
- Em caso de candidatura como "grupo/coletivo cultural", juntar a "Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural" (Anexo 8), preenchida, assinada (de forma eletrônica, de próprio punho ou com a impressão digital) por todos os membros do grupo/coletivo cultural que indicarem a pessoa física representante e a assinarem a Declaração;
- Autodeclarações das pessoas negras (pretas ou pardas), pessoas indígenas ou pessoas com deficiência, conforme modelos constantes nos Anexos 06 e 07, quando a entidade ou coletivo optar por concorrer às cotas. As autodeclarações deverão ser das pessoas:
 - do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição (no caso de entidades com constituição jurídica); ou
 - integrantes do coletivo informal;
- Outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação da inscrição.

6.4. A entidade ou coletivo cultural deverá inscrever apenas 1 (uma) categoria, de acordo com o Anexo 1 deste Edital. No caso de envio de mais de uma inscrição, na mesma categoria ou em diferentes categorias, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

6.5. As entidades que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.

6.6. A Fundação Cultural de Umuarama - FCU não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de acesso dos usuários, em problemas decorrentes com a inscrição.

Atenção! Ao se inscrever, a entidade cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 13.018/2022 (Política Nacional de Cultura Viva - PNCV), da Instrução Normativa Minc nº 08/2016 e Instrução Normativa Minc nº 12/2024 (regulamentam PNCV), da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

7. COTAS

7.1 Ficam garantidas, conforme descrito no Anexo 1, cotas em todas as categorias deste edital para:

- pessoas negras (pretas e pardas): 25% (vinte e cinco por cento) das vagas;
 - pessoas indígenas: 10% (dez por cento) das vagas;
 - pessoas com deficiência: 5% (cinco por cento) das vagas;
- 7.2 As cotas serão destinadas
- às entidades (com CNPJ) que possuam quadro de dirigentes majoritariamente (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
 - para os coletivos informais (sem CNPJ) que sejam compostos majoritariamente (cinquenta por cento mais um) por pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

7.3 As pessoas físicas que compõem a direção da entidade ou o coletivo informal proponente devem se submeter aos regramentos descritos neste Edital. Inclusive quanto ao procedimento de heteroidentificação, quando implementado pelo ente federativo.

7.4 As entidades e coletivos culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

7.5 As entidades e coletivos culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para serem selecionadas no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionadas nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

7.6 Em caso de existência de entidades selecionadas por cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por entidade que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

7.7 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

7.7.1 Caso não haja entidades culturais inscritas em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

7.8. Deverão ser selecionados, no mínimo, 30% (trinta por cento) de projetos apresentados por entidades com trajetória declarada e comprovadamente ligada às culturas populares e tradicionais, e que tenham seus planos de trabalho também com ações voltadas ao segmento. Este percentual pode ser composto junto às vagas destinadas às cotas.

7.9. Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

8. PROJETO CULTURAL

8.1 O projeto inscrito será composto pelo Plano de Trabalho, pelo Plano de Aplicação de Recursos e pelas informações complementares enviadas pela entidade cultural.

8.2 O período de execução do projeto será estipulado pelo agente cultural, considerando as características do objeto em questão, e deve conter, no mínimo uma das 3 (três) Metas padronizadas e definidas abaixo, com suas respectivas condições especificadas no item 5 do Plano de Trabalho (Anexo 3).

a. **Meta 1 - Formação e Educação Cultural;**

- Desenvolvimento de atividades educativas de forma regular, continuada e gratuitas voltadas para a formação cultural, tais como oficinas, cursos, workshops, palestras, seminários, entre outros, com a elaboração de conteúdos educativos relacionados a cultura, história, artes, entre outros temas relevantes para a comunidade, que valorizem e fortaleçam a diversidade e as identidades culturais locais, incentivando o protagonismo das comunidades, e/ou promovam processos de integração entre as instituições públicas de educação formal (como escolas, Institutos Federais, universidades) e os saberes orgânicos, comunitários, populares e/ou tradicionais (como de mestres e mestras).

a. **Meta 2 - Mostra Artística/Cultural;**

- Realização de eventos culturais, como festivais, mostras, exposições, apresentações teatrais, musicais, de dança, entre outros, que valorizem a diversidade cultural, contemplando diferentes linguagens artísticas e expressões culturais, com o incentivo à participação de artistas locais, mestres e mestras das culturas populares e tradicionais, grupos culturais e comunidade em geral, e divulguem/compartilhem o trabalho artístico-cultural produzido pelas/os participantes do projeto, tanto localmente quanto em outras regiões.

a. **Meta 3 - Registro e Divulgação;**

- Desenvolvimento de estratégias de divulgação para ampliar o alcance das ações culturais, utilizando, por exemplo, materiais impressos, cartazes, faixas, redes sociais, sites, mídia local, entre outros meios de comunicação, além do estabelecimento de parcerias com veículos de comunicação, órgãos públicos, instituições culturais e outros atores locais para potencializar a divulgação das atividades culturais realizadas.

- Criação de mecanismos para o registro e documentação das atividades realizadas, como produção de relatórios, fotos, vídeos, áudios, entre outros.

8.3 As 3 (três) Metas padronizadas descritas não poderão ser excluídas do projeto, e as entidades culturais poderão, se considerarem pertinente, prever outras Metas que agreguem no objeto proposto, de acordo com as categorias (Anexo 1).

8.4 O valor global do projeto deverá estar absolutamente de acordo com os valores definidos no edital (não pode ter valor superior, nem inferior). Caso o projeto seja apresentado com discrepância significativa entre o valor disponível e o valor previsto, prejudicará a análise sobre o como os recursos seriam efetivamente utilizados na eventual seleção do projeto - sendo assim, a Comissão de Seleção poderá desclassificar o projeto.

8.5 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado deverá ser apresentada por meio de tabelas referenciais de valores, no Plano de Aplicação de Recursos (Anexo 4), acompanhadas de memória de cálculo e justificativa para cada item de despesa.

8.6 A estimativa de custos do plano de trabalho poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais. Neste caso, é importante que a entidade proponente apresente cotações e justificativas.

8.7 A entidade cultural deverá dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do Termo de Compromisso Cultural, em sua sede e em seu sítio eletrônico.

8.8 Quando o projeto utilizar também outras fontes, tais como patrocínio privado, a entidade deve apresentar a planilha referente a estes valores, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

8.9. Os tipos de despesas obrigatórios, possíveis, vedados e os limites estão elencados no Plano de Trabalho (Anexo 3).

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos inscritos neste edital deverão oferecer medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do § 5 do art. 9º do Decreto nº 11.740, de 2023 (PNAB); da Instrução Normativa Minc nº 10 de 2023 (ações afirmativas e medidas de acessibilidade na PNAB); e da Lei Nº 13.146, de 2015 (LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); conforme descrito no Plano de Trabalho (Anexo 3).

9.2 Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do projeto serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência, conterão informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados, e os símbolos universais que indiquem a acessibilidade disponível de forma expressa e visível.

10. ETAPAS DE ANÁLISE

10.1 Os projetos apresentados serão analisados em duas etapas:

- Etapa de Seleção - onde os projetos serão avaliados, pontuados e ranqueados, sendo definidas quais entidades serão ou não selecionadas; pré-certificadas ou não certificadas, conforme critérios definidos neste edital. Esta etapa será realizada pela comissão de seleção específica, designada por meio de pareceristas externos (Contratados), APEG (ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA) CNPJ/MF sob o número 43.661.399/0001-64.
- Etapa de Habilitação - será realizada pelos pareceristas externos, onde será observado o cumprimento dos requisitos formais e documentais previstos neste edital e em seus anexos. Nesta etapa, serão analisados somente os projetos que, após a Etapa de Seleção, obtiverem classificação que os coloque em condição de ser selecionados; e/ou entidades Pré-Certificadas, considerando os critérios de distribuição e remanejamento dos recursos previsto neste edital.

11. ETAPA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

11.1 Na etapa de seleção, serão definidas as entidades selecionadas e pré-certificadas:

- Entendem-se por entidades culturais SELECIONADAS aquelas inscritas que obtiverem as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas definidas no Anexo 1, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do Anexo 2.
- Entendem-se por entidades culturais SUPLENTEs aquelas inscritas que obtiverem 60 (sessenta) pontos ou mais, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do Anexo 2, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas.
- Entendem-se por entidades culturais PRÉ-CERTIFICADAS aquelas que, anteriormente à inscrição neste Edital, não eram certificadas pelo Ministério da Cultura, e que, independentemente de serem selecionadas ou não, tenham atendido aos requisitos para certificação como Ponto de Cultura, relacionadas à atuação cultural, segundo regras e critérios descritos no item 3.

11.2 Ficarão proibidos de participar da Comissão de Seleção as pessoas que:

- tenham interesse pessoal na aprovação do projeto de participante deste Edital;
- tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;
- tenham participado de entidade privada sem fins lucrativos inscrita deste Edital nos últimos 2 (dois) anos;

IV. estejam litigando judicial ou administrativamente com participante deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos legais ou administrativos contra qualquer participante deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).

11.3 As proibições previstas no item se estendem ao membro da comissão com cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, que se enquadre em alguma das hipóteses previstas.

11.4 A Comissão de Seleção vai avaliar as iniciativas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do Anexo 2 deste Edital.

11.5 Caso a entidade cultural não seja certificada como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e não atenda aos requisitos necessários para a pré-certificação, conforme o item 3, o projeto será desclassificado. Ainda assim, será avaliado, com publicação da sua pontuação (para que tenha a possibilidade de apresentar recurso à avaliação) como um todo.

11.6 A pontuação mínima de cada projeto é de 20 pontos.

11.7 A pontuação máxima de cada projeto é de 100 pontos.

11.8 Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e categoria, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:

- maior pontuação na soma dos critérios de seleção definidos no Bloco 1 do Anexo 2 ("Avaliação da atuação da entidade cultural");
- maior pontuação nos critérios previstos no Bloco 2 do Anexo 1 ("Avaliação do projeto apresentado"), do "I a)" ou "III f)", nesta ordem;
- maior tempo de existência jurídica (data de fundação) da entidade;
- mediante sorteio.

11.9 Será desclassificada a candidatura que:

- não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito no item 6;
- apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito em seu plano de trabalho;
- não tenha pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos na Etapa

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis à realização das atividades.

11.11 O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no Diário Oficial do Município de Umuarama, pelo link <https://ilustrado.com.br/>, e no Site <https://umuarama.pr.gov.br/secretaria/fundacao-cultural/>.

11.12 Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado a Fundação Cultural de Umuarama/PR, que deve ser apresentado por meio do e-mail: cultura@umuarama.pr.gov.br no PRAZO MÍNIMO DE 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

11.13 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

11.14 A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Seleção e o resultado final da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no Diário Oficial do Município de Umuarama, pelo link <https://ilustrado.com.br/>, e no Site <https://umuarama.pr.gov.br/secretaria/fundacao-cultural/>.

12. ETAPA DE HABILITAÇÃO

12.1 Após o encerramento da ETAPA DE SELEÇÃO, as entidades selecionadas e as entidades pré-certificadas deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado final da etapa de seleção, por meio do Link disponível no Item 6 deste edital.

- I. para as entidades selecionadas:
 - a. Declaração Conjunta (Anexo 8), devidamente preenchida e assinada pela representação da entidade cultural;
 - b. cópia do Estatuto Social atualizado;
 - c. Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada;
 - d. Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada;
 - e. Documentos pessoais da representação da entidade cultural (RG, CPF e comprovante de residência);
 - f. Cópia simples do comprovante de endereço da entidade cultural, tais como contas de água, luz, correspondência bancária, estatuto ou contrato de aluguel.
- II. para as entidades pré-certificadas, a fim de certificação do Ponto de Cultura:
 - a. Cópia do Estatuto Social atualizado, visando a identificar se a entidade não se enquadra nas vedações previstas no Art. 9º da Instrução Normativa MinC nº 08 de 2016 e se tem natureza ou finalidade cultural;

b. Comprovante de solicitação de ingresso no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura (e-mail recebido ao enviar o cadastro), sem o qual não é possível emitir a certificação. O passo a passo para a inscrição no Cadastro Nacional da Cultura Viva poderá ser acessado na Plataforma Rede Cultura Viva, pelo endereço eletrônico: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/ acesso-a-informacao/noticias/cadastro-nacional-de-pontos-e-pontoes-de-cultura-passo-a-passo>

12.1.1 A Fundação Cultural de Umuarama - FCU, consultará, ainda, a ficha do CNPJ, visando a verificar se este encontra-se ativo (requisito para habilitação de selecionadas e de pré-certificadas).

12.2. A Fundação Cultural de Umuarama - FCU emitirá Parecer Técnico Complementar sobre os requisitos técnicos para execução do projeto; e/ou para a certificação como Ponto de Cultura. O Ministério da Cultura disponibilizará minuta de Parecer Técnico Complementar, para referência, podendo, ou não, ser adotada pelo Ente Federativo, integral ou parcialmente.

12.3. No Parecer Técnico Complementar deverão constar as considerações emitidas pelos membros da Comissão de Seleção no Parecer de Avaliação e a verificação técnica, documental e de gestão da Fundação Cultural de Umuarama - FCU, abordando se os projetos selecionados estão aptos para a formalização, a execução e a prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural; e/ou para a certificação como Ponto de Cultura.

12.4. A entidade cultural que apresentar pendências quanto à documentação complementar descrita no item 12.1. ou qualquer informação necessária para a celebração do Termo de Compromisso Cultural, e/ou para a certificação como Ponto de Cultura, será notificada pela Fundação Cultural de Umuarama - FCU para envio de resposta de diligência.

12.5. A Fundação Cultural de Umuarama - FCU poderá solicitar ajustes ou exclusão, total ou parcialmente, dos itens do plano de trabalho ou da planilha orçamentária, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis aos praticados no mercado onde ocorrerá o projeto.

12.6. A entidade cultural poderá receber até 02 (duas) notificações de diligência, com prazo para resposta, em cada notificação, de até (mínimo 05 (cinco) dias úteis.

12.7. Após os prazos para as respostas das 2 (duas) notificações de diligência, de acordo com o item 10.6, será emitido o Parecer Técnico Complementar Preliminar sobre o projeto avaliado e publicado o resultado preliminar da Etapa de Habilitação.

12.8. O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no Diário Oficial da Fundação Cultural de Umuarama - FCU, e no Site <https://umuarama.pr.gov.br/secretaria/fundacao-cultural/>.

12.9. Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação, caberá recurso destinado ao Fundação Cultural de Umuarama - FCU, que deve ser apresentado por meio do e-mail fundacaocultural@umuarama.pr.gov.br no prazo de PRAZO MÍNIMO DE 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

12.10. A Fundação Cultural de Umuarama - FCU fará o julgamento dos pedidos de recurso e emitirá Parecer Técnico Complementar Final, não sendo mais possível qualquer recurso.

12.11. Será emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, caso a entidade cultural:

- I. não cumpra com o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o envio da documentação complementar, de acordo com o item 12.6;
- II. responda parcialmente ou não cumpra o prazo limite de estipulado em dias úteis para responder a segunda notificação de diligência, de acordo com o item 12.6;
- IV. não se manifeste quanto às duas notificações de diligência no prazo indicado no item 12.6, caracterizando a desistência da candidatura; ou
- V. se manifeste pela inviabilidade de execução do projeto, caso haja a necessidade de ajustes ou exclusões de itens de despesa do plano de trabalho.

12.12. Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, a candidatura será inabilitada e ficará impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.

12.13. Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final Favorável, será verificada a regularidade jurídica da parceria, visando à celebração do instrumento de repasse com o Ponto de Cultura; e/ou será informado ao Ministério da Cultura o atendimento das condições necessárias para a certificação, o que será realizado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

13. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS

13.1. Após a conclusão das etapas de análise, não havendo candidaturas classificadas para atender o número mínimo de vagas previsto para cada cota e categoria, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas para outras cotas e categorias, obedecendo a pontuação dos candidatos e atendendo às cotas previstas, conforme o Anexo 1.

14. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

14.1. O pagamento do prêmio está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.

14.2. Na data do pagamento do prêmio a Fundação Cultural de Umuarama (FCU) verificará a adimplência da pessoa candidata, para a emissão da Ordem Bancária, no que segue:

- I. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- III. Certidão de Quitação de Tributos Estaduais (CQTE);
- IV. Certidão de Quitação de Tributos Municipais (CQTM);

V. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; VI. Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM).

14.2.1 A FCU realizará a consulta nos sistemas públicos de verificação de regularidade e solicitará à entidade cultural os documentos e certidões que não estiverem publicamente acessíveis.

14.2. A entidade cultural que estiver impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural será notificada pela Fundação Cultural de Umuarama e terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para regularizar a pendência.

14.3. Após o prazo para resposta à notificação, a Fundação Cultural de Umuarama realizará novamente a verificação da adimplência e regularidade da entidade cultural para a celebração do Termo de Compromisso Cultural.

14.4. A entidade cultural que mantiver a situação de impossibilidade para celebrar o Termo de Compromisso Cultural será inabilitada, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital a partir da Etapa de Habilitação, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.

14.5. Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência.

14.6. Recomendando-se às entidades culturais que consultem a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária, de modo a resolver com antecedência eventuais pendências, para as Etapas de Celebração do Termo de Compromisso Cultural e de Liberação dos Recursos.

14.7. Não poderão celebrar Termo de Compromisso Cultural (TCC) entidades com outro TCC vigente, celebrado com qualquer Ente Público, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), salvo quando:

- I. no ato de formalização do Termo de Compromisso resultado do presente Edital, não tenha parcelas para receber e já tenha executado mais da metade do cronograma relacionado à última parcela do TCC vigente; e/ou
- II. quando uma mesma entidade celebre um TCC para fomento a um projeto de Ponto de Cultura e um TCC para fomento a um projeto de Pontão de Cultura.

14.8 A liberação dos recursos está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.

14.9 Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.

14.10 Não incide Imposto de Renda - IR e Imposto sobre Serviços - ISS no repasse de recursos à entidade cultural. O projeto cultural, no âmbito da parceria, não se caracteriza como prestação de serviço.

14.10.1 É de responsabilidade exclusiva da entidade cultural o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TCC.

14.11 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta bancária específica aberta única e exclusivamente em instituição financeira pública.

14.12 Os recursos deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

15. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

15.1 A Fundação Cultural de Umuarama - FCU implementará procedimentos de acompanhamento e monitoramento dos Termos de Compromisso Cultural celebrados, antes do término da sua vigência, para fins de aferição do cumprimento do objeto.

15.2 A prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto e planilha financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim da vigência do Termo de Compromisso Cultural, contendo no mínimo, comprovações dos resultados e produtos obtidos no cumprimento das Metas durante a execução da parceria e os investimentos realizados através da planilha financeira.

15.3 A entidade deve prestar contas à Fundação Cultural de Umuarama - FCU conforme disposições constantes no Termo de Compromisso Cultural, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV) e no Decreto nº 11.453/2023, no que couber.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O prazo de vigência deste Edital será de 6 (seis) meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.

16.2 Os conteúdos gerados na meta 3 poderão ser selecionados, formatados e editados pela Fundação Cultural de Umuarama e pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura para divulgação e publicação no site do Ministério da Cultura, na Plataforma Rede Cultura Viva e/ou em eventos públicos.

16.3 Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso. Já os casos não previstos neste Edital e constatados durante outras etapas do processo seletivo serão resolvidos pela FCU.

16.4 Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

16.5 Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade ou coletivo cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.

16.6 A entidade ou coletivo cultural será a única responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.

16.7 As candidaturas inscritas, selecionadas ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da FCU e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.

16.8 As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela FCU e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.

16.9 A FCU e o Ministério da Cultura não se responsabilizam pelas licenças e autorizações (ex.: ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de texto e/ou música, audiovisual etc.) necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo essas de total responsabilidade da entidade cultural.

16.10 As peças de divulgação relacionadas ao Termo de Compromisso Cultural deverão ter caráter educativo, cultural, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

16.11 É obrigatória a menção ao Ministério da Cultura e à Política Nacional de Cultura Viva em todos os produtos artísticos culturais, peças de divulgação e nas ações culturais realizadas, relacionadas ao recurso do Termo de Compromisso Cultural, com a inclusão da marca do Ministério da Cultura/Governo Federal e da Cultura Viva em todas as peças de divulgação, observado o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, bem como menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis aos projetos selecionados, observadas as restrições no período de defesa eleitoral.

16.12 As entidades culturais que receberem recursos da Política Nacional Cultura Viva deverão privilegiar o uso de soluções com licenciamento em formatos abertos e produtos sob licenças livres, que permitam a livre cópia, distribuição, exibição e execução, assim como a criação de obras derivadas.

16.13 O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.

16.14 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à FCU, por meio do endereço eletrônico cultura@umuarama.pr.gov.br e contato telefônico (44) 3621-4112.

16.15 Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:

- ANEXO 1: Categorias de Apoio;
- ANEXO 2: Critérios de avaliação da Etapa de Seleção;
- ANEXO 3: Plano de Trabalho;

- ANEXO 4: Plano de Aplicação de recurso
- ANEXO 5: Modelo de Autodeclaração Étnico-Racial
- ANEXO 6: Modelo de Autodeclaração para Pessoa com Deficiência;
- ANEXO 7: Formulário para Pedido de Recurso (Etapa de Seleção e Etapa de habilitação);
- ANEXO 8: Declaração de representação conjunta;
- ANEXO 9: Minuta de Termo de Compromisso Cultural;

Umuarama/PR, 26 de fevereiro de 2025.

Assinado Digitalmente

Rodrigo Fernandes Pereira

SECRETÁRIO DE CULTURA DE UMUARAMA/PR

Prefeitura Municipal de Umuarama
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025

REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE UMUARAMA/PR
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 01 - CATEGORIAS DE APOIO

1. CATEGORIAS

ITEM	NOME E DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	NÚMERO DE VAGAS PARA CATEGORIA	VALOR TOTAL DISPONÍVEL POR PROJETO SELECIONADO (R\$)
01	CATEGORIA LIVRE VOLTADA APENAS PARA PONTOS DE UMUARAMA COM CNPJ, COM ATIVIDADES COMPROVADAS A MAIS DE 3 ANOS ANTES DA ABERTURA DO EDITAL	8 VAGAS, SENDO: 2 destinadas a cotas de pessoas pretas ou pardas; 1 para pessoas indígenas, 1 para pessoas com deficiência, e 4 para ampla concorrência.	R\$ 18.391,98
02	CATEGORIA LIVRE VOLTADA APENAS PARA PONTOS DE UMUARAMA SEM CNPJ, COM ATIVIDADES COMPROVADAS A MAIS DE 3 ANOS ANTES DA ABERTURA DO EDITAL	4 VAGAS, SENDO: 1 destinada a cotas de pessoas pretas ou pardas, e 3 para ampla concorrência.	R\$ 18.391,98

3. COTAS

As cotas mínimas para pessoas negras (pretas ou pardas), pessoas indígenas e pessoas com deficiência seguem o previsto no Capítulo II da Instrução Normativa MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade de que trata o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, a qual institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025

ANEXO 02 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA ETAPA DE SELEÇÃO

REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE UMUARAMA/PR

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!

FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

Bloco 1 - Avaliação da atuação da entidade cultural (critério de certificação para entidades não certificadas)

	DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS			PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM
	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende Plenamente	
A partir do portfólio, do formulário de inscrição e demais materiais enviados, e considerando os objetivos de Pontos de Cultura definidos na Lei que institui a Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014, art. 6º, I), analisar se a entidade ou coletivo cultural atende aos seguintes critérios:				100 pontos
a) Representa iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e	0	5	10	

redes de colaboração.				
b) Promove, amplia e garante a criação e a produção artística e cultural.	0	2	3	
c) Incentiva a preservação da cultura brasileira.	0	2	3	
d) Estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem disponibilizados para a ação cultural.	0	1	2	
e) Aumenta a visibilidade das diversas iniciativas culturais.	0	2	3	
f) Promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais.	0	2	3	
g) Garante acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.	0	2	3	
h) Assegura a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais.	0	2	4	
i) Contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades.	0	5	10	

j) Promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade.	0	3	5	
k) Estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação.	0	3	5	
l) Adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado.	0	3	5	
m) Fomenta as economias solidária e criativa.	0	2	4	
n) Protege o patrimônio cultural material, imaterial e promove as memórias comunitárias.	0	3	5	
o) Apoia e incentiva manifestações culturais populares e tradicionais.	0	3	5	
p) Realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade.	0	5	10	
q) As ações da entidade/coletivo estão relacionadas aos eixos estruturantes da PNCV, por meio de ações nas áreas de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira continuada.	0	5	10	

r) A entidade possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas a PNCV.	0	5	10	
--	---	---	----	--

Para ser certificada, a entidade precisará alcançar a pontuação mínima de 50 (cinqüenta) pontos no Bloco 1.

Bloco 2 - Avaliação do projeto apresentado

CRITÉRIOS	DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS			PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM
	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende Plenamente	
Efeitos artístico-culturais, sociais e econômicos esperados com o projeto				50 pontos
a) O projeto contribui com a prática da cidadania cultural, com a ampliação das condições de acesso da comunidade aos bens e serviços culturais.	0	3	5	
b) As oficinas/ações formativas impactam de forma efetiva com a ampliação de repertórios artísticos e culturais.	0	3	5	
c) As estratégias de acessibilidade promovem o acesso e o protagonismo das pessoas com deficiência.	0	3	5	

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

d)	O projeto estimula a diversidade cultural e a alteridade, promovendo o protagonismo e a interação entre grupos vulneráveis e excluídos.	0	3	5
e)	Promove a expressividade e a criação estética	0	3	5
f)	Prevê a realização de processos cooperativos e criativos continuados (p.ex.: jogo, dinâmica, experimentação, exercício estético, entre outros)	0	2	3
g)	Contribui para o uso protagonista e consciente das tecnologias digitais, realizando estratégias de desenvolvimento da cultura digital; a promoção de culturas populares e tradicionais em meios digitais; e/ou combate à desinformação.	0	2	3
h)	As ações previstas contribuem com a geração de trabalho e renda na comunidade	0	2	3
i)	Fomenta atividades para disponibilizar crédito solidário e de meios de circulação local (moedas sociais), disponibilizar equipamentos (estúdio, ilhas de edição, máquinas e equipamentos, etc.) para uso coletivo, e espaços de interação produtiva cooperativa e	0	2	3

comercialização solidária (espaços de encontro e trabalho, portais e ferramentas na internet, eventos, lojas, feiras, etc.)				
j)	O projeto prevê estratégias que impactam em diferentes dimensões da vida social, como educação, saúde, meio ambiente, segurança, mobilidade etc.	0	3	5
k)	O projeto prevê estratégias efetivas de participação da comunidade na gestão do Ponto de Cultura	0	3	5
l)	O projeto promoverá a atuação em rede do Ponto de Cultura para fortalecer a sua base comunitária	0	2	3
II Execução e detalhamento do Plano de Trabalho				
Capacidade técnica, gerencial e operacional da entidade		Não Atende	Atende Parcialmente	Atende Plenamente
a)	para execução do projeto (vinculação do portfólio com o projeto apresentado)	0	2	4
b)	O projeto define metas razoáveis e executáveis a serem entregues, com informações sobre ações a serem executadas e prazos.	0	2	4
c)	O projeto prevê estratégias pertinentes em relação aos resultados pretendidos.	0	3	5
d)	O projeto prevê e detalha estratégias de divulgação específicas, com capacidade	0	2	4

de democratização da informação acerca de suas ações.				
e)	O projeto prevê estratégias e meios de verificação do cumprimento das metas	0	2	4
f)	A equipe técnica prevista é adequada para a realização do projeto.	0	3	5
g)	O projeto apresenta clareza, coerência e razoabilidade entre as ações do projeto e os itens de despesas e seus custos;	0	3	5
h)	O projeto tem executabilidade, viabilidade para ser executado no prazo proposto.	0	2	4
III Abrangência do projeto considerando o público beneficiário				
A partir das informações dispostas no Planejamento do Projeto, a candidatura atenderá diretamente os seguintes públicos:		Não atende	Atende Parcialmente	Atende
a)	Estudantes da Rede Pública de ensino	0	1	2
b)	Primeira Infância (crianças de 0 a 6 anos)	0	1	2
c)	População de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, incluindo a área rural	0	3	5
d)	Pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	0	1	2

e)	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana	0	1	2
f)	Pessoas LGBTQIA+	0	1	2
TOTAL		100 PONTOS		100 pontos

*Pontuação Final = [(Pontuação no Bloco 1 + Pontuação no Bloco 2) ÷ 2]

CHAMAMENTO PÚBLICO - 002/2025
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE UMUARAMA/PR
CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 03 - PLANO DE TRABALHO

ORIENTAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

- Remuneração da equipe dimensionada no projeto, inclusive pessoal próprio da entidade cultural, tais como dirigentes e funcionários da área administrativa, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com salário, pagamento de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:
- Estejam previstos no Plano de Trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à execução do Termo de Compromisso Cultural;
- Sejam compatíveis com o valor de mercado, conforme a qualificação técnica necessária;
- Observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho;
- Em seu valor bruto e individual, não sejam superiores ao teto da remuneração do Poder Executivo federal;
- Deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria o exija e/ou para atuação em rede, conforme esferas de participação previstas na Política Nacional Cultura Viva;
- Locação ou aquisição, conforme itens 3.3 e 3.4, de equipamentos e materiais essenciais à execução do objeto, desde que justificados no Plano de Trabalho e necessários para a realização das atividades propostas;
- Custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, água, energia elétrica, serviços contábeis e assessoria jurídica, eventuais taxas bancárias de movimentação da conta específica do Termo de Compromisso Cultural, até o limite de 20% do valor global do projeto;
- Despesa com publicidade até 20% do valor global do projeto;

- Será possível a previsão de recursos para despesas de capital e de custeio, sem necessidade de definição prévia nos editais. Os valores serão previstos nos projetos, de modo que possibilitem a realização das metas previstas e o cumprimento do objeto do projeto; e
- Quaisquer outras despesas essenciais para a execução do objeto da parceria, considerando as Metas mínimas padronizadas do projeto dispostas neste Edital e demais metas que porventura componham o projeto cultural aprovado.

Não poderão ser pagas

- Despesas a título de taxa de administração, taxa de gerência ou similar;
- Pagamentos, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União;
- Despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;
- Despesas voltadas à finalidade diversa do objeto do plano de trabalho, ainda que decorrentes de necessidade emergencial da entidade cultural;
- Despesas realizadas em data anterior ao início de vigência do Termo de Compromisso Cultural;
- Pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- Despesas com publicidade que não sejam diretamente vinculadas ao objeto da parceria, não contendo caráter educativo, informativo ou de orientação social e que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem predominantemente promoção pessoal; e
- Despesas que, de qualquer forma, desvirtuem a natureza sem fins lucrativos da entidade cultural.

O projeto **deverá prever medidas de acessibilidade** arquitetônica, comunicacional e atitudinal compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, de acordo com o Decreto nº 11.740, de 2023, de modo a contemplar:

- nas medidas de acessibilidade arquitetônica: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e espaços acessíveis, como banheiros, áreas de alimentação, circulação, palcos e camarins; criação de vagas reservadas em estacionamento; previsão de filas preferenciais devidamente identificadas;
- nas medidas de acessibilidade comunicacional: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço, com reserva de espaços para pessoas surdas, preferencialmente na frente do palco onde se localizam os intérpretes de libras; e
- nas medidas de acessibilidade atitudinal: a contratação de profissionais sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de

projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

- São considerados recursos de:

- acessibilidade arquitetônica:
 - rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas, inclusive em palcos e camarins;
 - piso tátil;
 - rampas;
 - elevadores adequados para pessoas com deficiência;
 - corrimãos e guarda-corpos;
 - banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
 - vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
 - assentos para pessoas obesas, pessoas com mobilidade reduzida pessoas com deficiência e pessoas idosas;
 - iluminação adequada;
 - demais recursos que permitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, idosas e pessoas com deficiência;
 - acessibilidade comunicacional:
 - Língua Brasileira de Sinais - Libras;
 - sistema Braille;
 - sistema de sinalização ou comunicação tátil;
 - audiodescrição; e) legendas para surdos e ensurdecidos;
 - linguagem simples;
 - textos adaptados para software de leitor de tela; e
 - demais recursos que permitam uma comunicação acessível para pessoas com deficiência;
 - acessibilidade atitudinal:
 - capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
 - contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
 - formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
 - outras medidas que visem à eliminação de atitudes capacitistas.
- O projeto oferecerá medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e preverá medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do § 5 do art. 9º do Decreto nº 11.740, de 2023.
 - Os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, desde a sua concepção.

- Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do projeto serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência, conterão informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados, e os símbolos universais que indiquem a acessibilidade disponível de forma expressa e visível.

1. PROPOSTA DE TRABALHO

1.1 Defina o **Objeto** do Termo de Compromisso Cultural, de forma concisa e em conformidade com o QUE e ONDE se pretende realizar.

Orientação:
Não inserir quantidades nem detalhamentos do projeto que poderão prejudicar o cumprimento do objeto, durante a realização das ações propostas. Leve em consideração o valor do recurso disponibilizado para que seja executável o fomento a ação cultural.

1.2 Indique o público-alvo que será beneficiado com a realização do projeto e com o objeto proposto:

1.3 Indique os resultados esperados após a realização do projeto, considerando os desdobramentos e os resultados das metas.

2. MOTIVAÇÃO DO PROJETO

2.1. Defina os objetivos do projeto:

Orientação: definir os objetivos respondendo às seguintes questões:
1) O que se pretende alcançar com a realização do projeto?
2) Quais objetivos do Ponto de Cultura e da Lei Cultura Viva nº 13.018, de 22/07/2014, serão atendidos com a realização do projeto?

1) Defina o objetivo geral:

2) Defina os objetivos específicos (listar, no máximo, dez objetivos específicos):

Qual é a relação entre a realidade da comunidade para qual será executado o projeto e as ações propostas?

3. METAS DO PROJETO

Descrição das metas e serviços previstos:

ATENÇÃO, ENTIDADE CULTURAL! Na elaboração do seu plano de trabalho, deve ser obrigatoriamente incluídas uma das seguintes metas:
1. Meta 1 - Formação e Educação Cultural;
2. Meta 2 - Mostra Artística/Cultural; e
3. Meta 3 - Registro e Divulgação.
As demais metas presentes neste documento NÃO são obrigatórias.

META 1 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO CULTURAL

Desenvolvimento de atividades educativas de forma regular, continuada e gratuitas voltadas para a formação cultural, tais como oficinas, cursos, workshops, palestras, seminários, entre outros, com a elaboração de conteúdos educativos relacionados a cultura, história, artes, entre outros temas relevantes para a comunidade, que valorizem e fortaleçam a diversidade e as identidades culturais locais, incentivando o protagonismo das comunidades, e/ou promovam processos de integração entre as instituições públicas de educação formal (como escolas, Institutos Federais, universidades) e os saberes orgânicos, comunitários, populares e/ou tradicionais (como de mestres e mestras).

a) Planos de Formação e Capacitação

Plano de Formação e Capacitação 1

Tema da ação de formação / capacitação

Ementa (resumo do conteúdo da formação / capacitação)

Público beneficiário

Quantidade de vagas para participantes

Critérios de seleção para os participantes (caso a)

procura exceda a quantidade de vagas)	
Nº de turmas	
Período da formação / capacitação (mês de execução - exemplo: do 1º ao 3º mês, quantas vezes na semana, período do dia, hora/aula)	
Materiais pedagógicos	
Plano de Formação e Capacitação 2	
Tema da ação de formação / capacitação	
Ementa (resumo do conteúdo da formação / capacitação)	
Público beneficiário	
Quantidade de vagas para participantes	
Critérios de seleção para os participantes (caso a procura exceda a quantidade de vagas)	

Nº de turmas	
Período da formação / capacitação (mês de execução - exemplo: do 1º ao 3º mês, quantas vezes na semana, período do dia, hora/aula)	
Materiais pedagógicos	
Plano de Formação e Capacitação 3 (acrescentar as informações individualmente para cada Plano previsto)	
b) Ações de acessibilidade cultural previstas:	
c) Resultados esperados:	
d) Produtos gerados:	

META 2 - MOSTRA ARTÍSTICA/CULTURAL			
Realização de eventos culturais, como festivais, mostras, exposições, apresentações teatrais, musicais, de dança, entre outros, que valorizem a diversidade cultural, contemplando diferentes linguagens artísticas e expressões culturais, com o incentivo à participação de artistas locais, mestres e mestras das culturas populares e tradicionais, grupos culturais e comunidade em geral, e divulguem/compartilhem o trabalho artístico-cultural produzido pelas/os participantes do projeto, tanto localmente quanto em outras regiões.			
a) Plano de Ação da meta 2 - Mostra Artística/Cultural:			
Nº	Objetivos da Meta	Atividades a serem	Como serão realizadas as

	realizadas	atividades?
1		
2		
3		
4	*outra atividade (acrescentar outras atividades, se necessário, incluindo as respectivas linhas no quadro)	
b) Ações de acessibilidade cultural previstas na Meta:		
c) Resultados esperados para a Meta:		
d) Produtos gerados com a realização da Meta:		

META 3 - REGISTRO E DIVULGAÇÃO			
- Desenvolvimento de estratégias de divulgação para ampliar o alcance das ações culturais, utilizando, por exemplo, materiais impressos, cartazes, faixas, redes sociais, sites, mídia local, entre outros meios de comunicação, além do estabelecimento de parcerias com veículos de comunicação, órgãos públicos, instituições culturais e outros atores locais para potencializar a divulgação das atividades culturais realizadas.			
- Criação de mecanismos para o registro e documentação das atividades realizadas, como produção de relatórios, fotos, vídeos, áudios, entre outros.			
a) Plano de Ação da meta 3 - Registro e Divulgação:			

Nº	Objetivos da Meta	Atividades a serem realizadas	Como serão realizadas as atividades?
1			
2			
3			
4	*outra atividade (acrescentar outras atividades, se necessário, incluindo as respectivas linhas no quadro)		
b) Ações de acessibilidade cultural previstas na Meta:			
c) Resultados esperados para a Meta:			
d) Produtos gerados com a realização da Meta:			

4. EQUIPE							
Meta	Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?	(INSERIR MAIS COLUMNAS, SE NECESSÁRIO)
Ex.: META 1	Ex.: João	Oficineiro	12345678	Sim	Não	Sim	

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

exigência da restituição dos recursos transferidos;

XVIII - comunicar aos Pontos e Pontões de Cultura a identificação de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou pendências de ordem técnica, podendo suspender a liberação de recursos e fixar prazo de trinta dias para saneamento ou apresentação de justificativa com informações e esclarecimentos, prorrogável uma única vez por igual período.

XIX - analisar a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste TCC, na forma e prazo fixados no Decreto nº 11.453/2023 e no art. 47 da IN MinC nº 08/2016;

XX - nos casos em que o PONTO DE CULTURA não apresentar o Relatório de Execução do Objeto ou o Relatório de Execução Financeira nos prazos devidos, enviar notificação exigindo que o faça no prazo máximo de trinta dias, sob pena de rejeição das contas e exigência de devolução integral dos recursos, com atualização monetária e juros;

XXI - exercer, se conveniente e oportuno, a prerrogativa de assumir ou de transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

4.2. Da Entidade Cultural

Incumbe à Entidade Cultural observar as obrigações descritas na legislação de regência e, ainda, as seguintes responsabilidades:

I - executar o projeto conforme Plano de Trabalho aprovado e produzir provas documentais sobre o andamento da execução do projeto, inclusive das alterações no Plano de Trabalho;

II - cumprir com os procedimentos de transparência e publicidade atribuídos à entidade cultural conforme o disposto no Capítulo IV, Seção III da IN MinC nº 08 de 11 de maio de 2016;

III - divulgar, em destaque, o nome do Ministério da Cultura/Governo Federal e do ENTE PÚBLICO parceiro em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas, que serão disponibilizadas pela SCD/MinC e pelo ENTE PÚBLICO parceiro, observadas as restrições vigentes em ano eleitoral, quando for o caso;

IV - desenvolver uma gestão compartilhada e participativa, por meio de instâncias, fóruns e espaços de diálogos junto aos beneficiários em sua área de abrangência;

V - envidar esforços visando atuar nos processos participativos instituídos pelo Sistema Nacional de Cultura-SNC (especialmente as Conferências de Cultura) e pela PNCV (especialmente as TEIAs) em âmbito local, regional e nacional;

VI - estimular a participação ativa dos beneficiários da PNCV nos processos participativos

instituídos no SNC e na PNCV em âmbito local, regional e nacional;

VII - contribuir com a organização e funcionamento da Rede Cultural Viva e de suas instâncias, mecanismos e processos de gestão compartilhada, participação e controle social;

VIII - manter seus dados cadastrais atualizados no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, atendendo à chamada anual de atualização de dados;

IX - dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do TCC, em sua sede e no seu site eletrônico, sendo vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou a empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

X - permitir livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do tribunal de contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentadas pela Instrução Normativa/MinC nº 8/2016, bem como aos locais de execução do objeto;

XI - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XII - pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do TCC, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública concedente pelos respectivos pagamentos ou qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

XIII - prestar contas dos recursos recebidos, conforme acordado neste Termo e na forma dos atos normativos que se relacionam com o tema;

XIV - guardar os documentos originais de comprovação do cumprimento do objeto pelo prazo de cinco anos após a entrega da prestação de contas, estando ciente de que a documentação de comprovação fiscal em princípio não será exigida, mas deve ser obtida e guardada pela entidade cultural pelo mesmo prazo, e inclusive pode ser solicitada para fins de demonstração de cumprimento de obrigações perante outras autoridades estatais, tais como os órgãos de fiscalização tributária, previdenciária e trabalhista, órgãos de controle interno e externo do Governo Estadual ou Federal; e

XV - adquirir e manter em bom estado equipamentos multimídia, direcionados à cultura digital, que contribuam com o objeto pactuado, salvo quando a Entidade declare que já possui equipamento em adequadas condições de manutenção e funcionamento, comprometendo-se a disponibilizá-lo para uso na execução da parceria.

5. DOS VALORES

Para execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste TCC, serão disponibilizados pelo Ente Público recursos no valor total de R\$XXXX, em parcela única, de acordo com o Cronograma de Desempenho constante do Plano de Trabalho, correspondente à Nota de Empenho XXXX, de XX/XX/2025.

5.1 Da movimentação dos recursos financeiros

Os recursos referentes ao presente Termo de Compromisso Cultural, a serem desembolsados pelo Ente Público, serão depositados e geridos em conta específica de instituição financeira indicada pela entidade cultural, na Agência XXXX - Banco XXXX, na cidade XXXX, UF XX, em conformidade com os prazos estabelecidos no Cronograma Financeiro constante do Plano de Trabalho.

5.1.1 Os recursos depositados nesta conta bancária específica, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I - em caderneta de poupança, ou

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.1.2 Os recursos deste Termo de Compromisso Cultural serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no objeto do TCC, vedada a sua aplicação em finalidade diversa, ainda que decorrentes de necessidade emergencial do PONTO DE CULTURA.

5.1.3 Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser aplicados para manter o poder de compra dos recursos da parceria, bem como para ampliação ou criação de metas, durante a vigência do TCC, desde que contribuam para a execução do objeto, ou para incremento deste.

5.1.4 O uso de rendimentos para as finalidades descritas no item 5.1.3 poderá ser realizado sem autorização prévia da administração pública, desde que seja descrito no Relatório de Execução do Objeto, com motivação.

5.1.5 O remanejamento de recurso no plano de trabalho poderá ocorrer desde que:

I - seja realizado durante a vigência do TCC;

II - tenha como finalidade o cumprimento do objeto pactuado;

III - não altere o valor global do orçamento aprovado no TCC.

5.1.6 Após a conclusão, rescisão ou extinção deste TCC, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos pelo PONTO DE CULTURA ao Ente Público, no prazo de trinta dias.

6. DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. A Fundação Cultural de Umuarama realizará o acompanhamento e a avaliação da execução deste TCC, periodicamente, durante a vigência da parceria, com vistas a promover o levantamento de dados para subsidiar a avaliação da prestação de contas podendo, para tanto:

I - exigir informações técnicas (incluindo relatório fotográfico), prestações de contas parciais e/ou final a qualquer momento;

II - exigir o registro, nos sistemas institucionais indicados pelo Ministério da Cultura, das atividades provenientes da execução do TCC;

III - usar os diversos canais eletrônicos de comunicação e divulgação absorvendo informações sobre a execução do TCC e adotando providências necessárias, quando for o caso;

IV - fazer vistoria in loco (vistoria no local);

V - utilizar apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades.

6.2 A Fundação Cultural de Umuarama produzirá registros sobre suas atividades de acompanhamento e monitoramento, por meio de certidões, memórias de reunião, relatórios ou outros documentos técnicos, podendo propor à entidade cultural a reorientação das ações ou a realização de ajustes para aprimorar a execução do objeto da parceria.

6.3 Os TCCs estarão também sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação e ao acompanhamento por comissões e conselhos de políticas públicas da área cultural.

7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A prestação de contas será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto, no prazo de noventa dias após o fim da vigência do TCC, contendo:

I - relato das atividades realizadas para o cumprimento do objeto, que deve tratar sobre o alcance dos objetivos, sobre ações eventualmente realizadas para promover a acessibilidade e os desdobramentos do projeto, tendo por referência as informações constantes no plano de trabalho;

II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir das informações constantes do plano de trabalho, podendo a comprovação sobre os produtos

e serviços relativos às metas se dar pela apresentação de fotos, listas de presença, vídeos, entre outros;

III - material que comprove a execução de cada item de despesa e a consecução de cada uma das metas (fotos, listas de presença, vídeos, entre outros) descrito no Plano de Trabalho.

7.2 Os documentos originais de comprovação do cumprimento do objeto deverão ser guardados pelo PONTO DE CULTURA pelo prazo de cinco anos após a entrega da prestação de contas.

7.3 O prazo de apresentação do Relatório de Execução do Objeto poderá ser prorrogado por até trinta dias, mediante solicitação fundamentada do PONTO DE CULTURA.

7.4 Caso o Ente Público verifique que houve inadequação na execução do objeto, o PONTO DE CULTURA será notificado para apresentar Relatório de Execução Financeira, no prazo de trinta dias, contendo:

I - relação de pagamentos, com indicação dos beneficiários desses pagamentos e identificação do item de despesa e meta relacionados a cada pagamento;

II - extrato bancário da conta do TCC, incluindo toda a movimentação desde a abertura até a última movimentação, e conciliação bancária; e

III - comprovante de recolhimento do saldo remanescente de recursos, quando houver.

7.5 O Ente Público considerará que houve inadequação na execução do objeto quando configurada uma das seguintes hipóteses:

I - quando for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas; ou

II - quando for aceita denúncia de irregularidade, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo Ente Público.

8. DOS BENS REMANESCENTES

8.1 Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos deste TCC são da titularidade da Entidade Cultural celebrante e ficarão afetados ao objeto do presente TCC durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

8.2 Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da Entidade Cultural, na medida em que os bens sejam úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

8.3 Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a Entidade Cultural, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

8.4 Na hipótese de dissolução da Entidade Cultural durante a vigência do TCC, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

8.5 A Entidade Cultural poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrem sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

8.6 Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o Ente Público, a critério deste, se ao término da parceria ficar constatado que a Entidade Cultural não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Federal.

8.7 A destinação dos bens remanescentes poderá ser alterada por meio da celebração de Termo Aditivo ao TCC, após solicitação fundamentada de uma das partes.

8.8 No caso de término da execução do TCC antes da manifestação sobre eventual solicitação de uma das partes de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da Entidade Cultural até a decisão do pedido.

9. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.1 Caso as atividades realizadas pela ENTIDADE CULTURAL com recursos públicos provenientes do Termo de Compromisso Cultural deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultívares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a ENTIDADE CULTURAL terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência do Termo de Compromisso Cultural.

9.2 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar desde já, independente de solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, todas as autorizações necessárias para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem ônus, durante o prazo de proteção

dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, utilize para fins de divulgação da Política Nacional de Cultura Viva, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que eventualmente decorrerem da execução deste TCC, da seguinte forma:

9.2.1 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.279/1996, pelo uso de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patentado, desenho industrial, indicação geográfica e marcas;

9.2.2 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.610/1998, pelas seguintes modalidades:

I - a reprodução parcial ou integral, para fins de divulgação;

II - a tradução para qualquer idioma;

III - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

IV - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

9.2 Quando da extinção do TCC, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública federal, a critério da Administração Pública, quando a ENTIDADE CULTURAL não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de vigência deste TCC será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo dobro do tempo pactuado, mediante acordo entre as partes, excetuadas as prorrogações de ofício por atraso na liberação dos recursos.

10.2 A vigência do TCC poderá ser alterada mediante solicitação da entidade cultural, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do término de sua vigência.

10.3 A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

11. DA RESCISÃO

11.1 É facultado ao Ente Público e à entidade cultural rescindirem este TCC, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

11.2 O Ente Público deverá rescindir este TCC caso seja cancelada a certificação simplificada do Pontão ou Pontão de Cultura, respeitados os atos jurídicos perfeitos, na forma do art. 11 da Instrução Normativa/MinC nº 8/2016.

11.3 A Entidade Cultural deverá devolver ao Ente Público os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo de trinta dias após a conclusão, rescisão ou extinção da parceria, sob pena de adoção de medidas cabíveis para ressarcimento ao erário.

11.4 Havendo rescisão, a entidade cultural fica obrigada a prestar contas de tudo que fora executado até a data da rescisão, observado o prazo e regras da Seção 7.

12. DA PUBLICAÇÃO

O Ente Público publicará extrato deste TCC no meio oficial de publicidade da administração pública, após a assinatura, para que se inicie a produção de seus efeitos.

13. DO FORO

As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste à prévia tentativa de solução administrativa. As controvérsias que não possam ser resolvidas administrativamente serão submetidas ao foro da Justiça [aqui inserir o foro]

14. DATA E ASSINATURAS

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento.

(assinado eletronicamente)	(assinado eletronicamente)
NOME	Representante legal do órgão ou entidade pública
CARGO	
Representante legal da entidade cultural

EDITAL DE RESULTADO 01

CREDECENCIAMENTO n°003/2025

A Comissão Especial de Contratação, Avaliação e Seleção relacionadas a Chamamento Público, visando a contratação de profissionais da área da saúde designada pela Portaria n.º 098/2025, de 11 de fevereiro de 2025, comunica aos interessados na execução do objeto da **CREDECENCIAMENTO N.º003/2025** para CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDECENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (URBANAS E DISTRITAIS), que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu credenciar os seguintes proponentes:

CREDECENCIADOS:

Nº	PROONENTES
01	BELIZA APARECIDA TEIXEIRO DE MELLO
02	ROSANE LENZONI BUFETI
03	
04	
05	

Perobal-PR, 26 de fevereiro de 2025.

Kássia Regina da Silva
Presidente da Comissão

EDITAL DE RESULTADO 01

CREDECENCIAMENTO n°004/2025

A Comissão Especial de Contratação, Avaliação e Seleção relacionadas a Chamamento Público, visando a contratação de profissionais da área da saúde designada pela Portaria n.º 098/2025, de 11 de fevereiro de 2025, comunica aos interessados na execução do objeto da **CREDECENCIAMENTO N.º004/2025** para CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDECENCIAMENTO CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE CADASTRO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE SERÃO CONVOCADOS PARA ATENDER NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, SENDO OS SERVIÇOS REALIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL - PR, NA FUNÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu credenciar os seguintes proponentes:

CREDECENCIADOS:

Nº	PROONENTES
01	LENICE BEZERRA DE OLIVEIRA
02	MARIA IZABEL DOS SANTOS
03	OZANIA ZANCLEIA SILVA DA CRUZ
04	SÍLVIA REGINA DOS SANTOS SOUZA
05	VERA LUCIA DOS SANTOS

Perobal-PR, 26 de fevereiro de 2025.

Kássia Regina da Silva
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços de cobertura securitária Nº 43/2021

PROCESSO Nº 60/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA/PR

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a Cláusula Sexta do referido Contrato, Fica aditado o Endosso de substituição de item 23 ao presente contrato, conforme ANEXO I sem alteração no valor, referente ao aditamento do veículo assegurado pelo contrato e inclusão de veículo novo, conforme solicitação em anexo do Departamento demandante.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, par um só e mesmo efeito de direito.

Item	Quant	Unid	Descrição	Franquia R\$	Valor unitário
23	1	Unid	Veículo: Renault - Logan Sedan expression. 1.6 8v lit-torque Ano/Modelo 2012/2012 Chassi: 93YLSR7UHC023655 Placa: AVK-7146 Combustível: Gasolina/Alcool Casco FIPE: 100% DMT: R\$200.000,00 DCT: R\$400.000,00 APP C/ DMH: R\$20.000,00 Danos morais: R\$40.000,00 Proteção a vidros (para-brisa, traseiro e laterais), faróis, lanterna e retrovisor. (Setor: Assistência Social - IGD)	2.520,00	1.675,61

Everton Barbieri
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ICARAIMA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ O 2º SEMESTRE DE 2024

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	53.312.272,74
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endorçamento	51.410.272,74
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Despesa com Pessoal	50.776.136,74
DESPESA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.086.821,82
Limite Máximo (Inciso I, III, III, Art. 20 da LRF) - (54,00%)	27.419.113,84
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - (95% do Limite Máximo)	26.084.138,15
Limite de Alerta (inciso II do §1º de art. 19 da LRF) - (90% do Limite Máximo)	24.677.202,46
RÉVINDA CONSOLIDADA	VALOR
Dívida Consolidada Líquida	5.956.624,89
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	61.692.527,29
GABARITOS DE VALORES	VALOR
Total das Garantias Concedidas	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.319.260,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR
Operações de Crédito Internas e Externas	362.300,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	8.225.643,64
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação de Receita	3.598.719,00
RESTOS A PAGAR	VALOR
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO ANUENCIADOS DO EXERCÍCIO	427.224,52
RESTOS A PAGAR ANUENCIADOS DO EXERCÍCIO	19.731.128,71
Valor Total	427.224,52

MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

VANESSA DOS SANTOS BOSSO ROSSETO
Contadora

LOANDERSON CRUZ FARIA
CONTADOR

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE ICARAMA ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO DE ICARAMA ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Avenida Mariluz 1920 - Centro CEP: 87.470-000 - Fone/Fax: (41) 3534-8000

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Avenida Mariluz 1920 - Centro CEP: 87.470-000 - Fone/Fax: (41) 3534-8000

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MARILUZ - PARANÁ AVENIDA MARILUZ, 2314 - CENTRO - CEP: 87.470-000 - FONE: (41) 3534-1399

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1934 de 01 de junho de 2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1934 de 01 de junho de 2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1934 de 01 de junho de 2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1934 de 01 de junho de 2019

ESTADO DO PARANÁ Processo Administrativo nº 17/2025 Processo de Inexigibilidade nº 06/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUÇA ESTADO DO PARANÁ Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, conforme a solicitação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Umuarama/PR.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1934 de 01 de junho de 2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1934 de 01 de junho de 2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1934 de 01 de junho de 2019

ESTADO DO PARANÁ Replicado por Incorrção PORTARIA Nº 133/2025

ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 012/2025 - RH REF. AO CONTRATO DE TRABALHO DE Nº. 012/2025

Prefeitura Municipal de Maria Helena, APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 304/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Estado do Paraná, AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE FEVEREIRO/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Estado do Paraná, AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE FEVEREIRO/2025

MARILUZ - PR PREFEITURA MUNICIPAL, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025

Prefeitura Municipal de Maria Helena, Contrato nº 034/2025 Pregão Eletrônico Nº 003/2025

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE ESTADO DO PARANÁ, O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE ESTADO DO PARANÁ, EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 012/2025

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

DECRETO Nº 035, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.613 de 26 de fevereiro de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R\$ 761.030,59 (setecentos e sessenta e um mil trinta reais e cinquenta e nove centavos), por Superávit Financeiro, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde	R\$ 643,43
10.301.0010.3.017 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária de Saúde	R\$ 37.725,03
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 31016)	R\$ 37.725,03
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3500)	R\$ 128.954,64

Órgão.....08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde	R\$ 33.249,99
10.302.0010.3.098 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	R\$ 33.249,99
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 31016)	R\$ 33.249,99
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3500)	R\$ 125.469,68

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 939,37
08.244.0011.2.048 Manutenção dos CREAS Média Complexidade	R\$ 939,37
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA (FR 3926)	R\$ 939,37
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR3938)	R\$ 9.103,71
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR3948)	R\$ 30.093,80

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescentes	R\$ 18.276,13
08.243.0011.6.004 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	R\$ 18.276,13
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3904)	R\$ 18.276,13
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3914)	R\$ 18,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA (FR 3904)	R\$ 6.000,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA (FR 3890)	R\$ 392,86
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3904)	R\$ 20.000,00

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 2.602,76
08.244.0011.2.050 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	R\$ 2.602,76
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3913)	R\$ 187,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3947)	R\$ 25.159,03
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3900)	R\$ 12.535,93

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 100,43
08.244.0011.2.047 Manutenção do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social	R\$ 100,43
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3911)	R\$ 100,43

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 5.000,00
08.244.0011.2.081 Manutenção do Departamento de Atendimento à Mulher	R\$ 5.000,00
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (FR 3916)	R\$ 5.000,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (FR 3916)	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3916)	R\$ 17.539,23
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3927)	R\$ 16.090,98
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3916)	R\$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3927)	R\$ 10.000,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3927)	R\$ 35.000,00

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 2,20
08.244.0011.2.042 Programa IGO - SUAS	R\$ 2,20
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3933)	R\$ 2,20

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 3.000,00
08.244.0011.2.043 Programa IGO – PIBF	R\$ 4.074,27
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (FR 3940)	R\$ 3.000,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3940)	R\$ 4.074,27
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3905)	R\$ 95,47
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3940)	R\$ 6.000,00

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 10.461,76
08.244.0011.2.044 PAIF – Prog. Integr. Alfab. e Alfabetiz. de Crianças e Adolescentes	R\$ 10.461,76
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3934)	R\$ 10.461,76

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 7.556,90
08.244.0011.2.041 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 7.556,90
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 31018)	R\$ 7.556,90
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 31022)	R\$ 768,75

Órgão.....09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA	R\$ 4.000,00
08.243.0011.6.001 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA	R\$ 4.000,00
3.3.90.31.00.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENT. (FR 3513)	R\$ 4.000,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3513)	R\$ 28.660,80
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3885)	R\$ 13.792,58

TOTAL R\$ 761.030,59

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro da seguinte fonte de recurso:

3500 – Invest. na Rede de Serviços de Saúde Portaria 203-GM, de 2007 - Exercícios Anteriores	R\$ 128.954,64
3518 – Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Exercícios Anteriores	R\$ 33.249,99
31016 – Emendas Individuais Impositivas transferência especial - Exercícios Anteriores	R\$ 163.194,71
3873 – Incentivo Aprimora CRAS e CREAS - Exercícios Anteriores	R\$ 939,37
3890 – Incentivo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - FIA - Exercícios Anteriores	R\$ 392,86
3900 – Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - L. 806/90 – Art. 214-ECA/FMCA - Exercícios Anteriores	R\$ 12.535,93
3904 – Apoio e Fortalecimento a Primeira Infância - Exercícios Anteriores	R\$ 44.276,13
3905 – Programa Procad - Suas - Exercícios Anteriores - Exercícios Anteriores	R\$ 95,47
3911 – Assistência Financeira SUAS Portaria MDS n 886/2023 - Exercícios Anteriores	R\$ 100,43
3913 – Incentivo ao serviço de Centro - Dia - População Idosa - Exercícios Anteriores	R\$ 2.602,76
3914 – Incentivo acesso de produtos higiene íntima - FIA - Exercícios Anteriores	R\$ 643,43
3916 – Incentivo para Apoio e Fort. da Política Pública dos Direitos da Mulher - Exercícios Anteriores	R\$ 34.628,23
3926 – PAS - Piso Único de Assistência Social - Exercícios Anteriores	R\$ 187,00
3927 – Incentivo Fortal. da Rede de Prot. e Enfrent. às Violências contra as Mulheres – Ex. Ant.	R\$ 61.090,98
3928 – Incentivo Financeiro para Construção de uma creche - Resolução nº 212/2024 – Ex. Ant.	R\$ 135.464,86
3933 – IGO SUAS PORTARIA MDS 337/2011 - Exercícios Anteriores	R\$ 2,20
3934 – Bloco de Investimento da Proteção Social Básica - SUAS - Exercícios Anteriores	R\$ 10.461,76
3938 – BLOCO DE FIN. DA PSEM COMP. - PORTARIA MDS 113/2015 - Exercícios Anteriores	R\$ 9.103,71
3940 – BLOCO DE FIN. DA GESTÃO DO PIBF E CADASTRO ÚNICO – MDS 113/2015 – Execrc. Ant.	R\$ 13.074,27
3947 – Projeto Viaja Mais 60 Fase II - Exercícios Anteriores	R\$ 25.159,03
3948 – Incentivo Qualif. da Estrutura para CREA5 - Exercícios Anteriores	R\$ 30.093,80
31022 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS (COVID-19) – Execrc. Ant.	R\$ 768,75
3513 – Penalidades Administrativas Lei n. 806/90 – Art. 214-ECA/FMCA - Exercícios Anteriores	R\$ 13.792,58
3885 – Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMCA/S - Exercícios Anteriores	R\$ 13.792,58
31018 – Emendas Individuais Imp. (Inscio II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) - Exercícios Anteriores	R\$ 7.556,90

TOTAL R\$ 761.030,59

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 26 de fevereiro de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
República por Incorporação
PORTARIA Nº 135/2025
DATA: 25/02/2025
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.
RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato no Processo Licitatório nº 011/2025, Inexigibilidade nº 004/2025, a saber:
Gestor:
TAYNARA S. DE OLIVEIRA SANTOS – CPF: 080.247.989-80;
Fiscal Administrativo:
MIRIAN APARECIDA RAMOS – CPF: 107.536.159-16.

Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.
Art.3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Alto Paraíso-Pr., aos 25 dias do mês de fevereiro de 2025.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº029 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
SÚMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PROFERIDO PELO PREGOIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO Nº 014/2025 PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 008/2025.
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal Srº ALÍRIO JOSÉ MISTURA, no uso de suas atribuições legais.
D E C R E T A:

Art. 1º - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e adjudicado em ata, de que trata o PROCESSO LICITATORIO N.º 014/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 008/2025, tendo como objeto: o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de caixas d'água, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Francisco Alves, Paraná, em favor da(s) empresa(s): JOTÁ UTILIDADES LTDA, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em formato de licitação em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrada e homologada em ata de sessão pública para o Lote nº 01, itens 01 e 02.
Art. 2º - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Pública, Parecer Final da Comissão de Licitações, e do julgado, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório, em conformidade com o que determina a Lei Federal n.º 14.133/21, posteriores alterações e demais legislações inerentes.
Art. 3º - Pelo presente, fica intimado o participante da licitação superamencionado, da decisão estabelecida neste decreto.
Art. 4º - Fica autorizado a formalizar o devido contrato em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e das demais legislações pertinentes em vigor.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 26 de fevereiro de 2025, 204º da Independência e 137ª da República.
ALÍRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 036, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.614 de 26 de fevereiro de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Especial no valor de até R\$ 68.493,15 (sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos), por Excesso de Arrecadação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....09 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 09.03 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD	R\$ 68.493,15
08.242.0011.2.150 Manutenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD	R\$ 68.493,15
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (FR 950)	R\$ 68.493,15

TOTAL R\$ 68.493,15

Art. 2º A abertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do Excesso de Arrecadação da seguinte fonte de recurso:

950 – Incentivo Políticas Públicas dos Direitos da Pessoa com Deficiência	R\$ 68.493,15
---	---------------

TOTAL R\$ 68.493,15

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 26 de fevereiro de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

DECRETO Nº 037, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.615 de 26 de fevereiro de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R\$ 199.263,82 (cento e noventa e nove mil duzentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos), por Superávit Financeiro, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde	R\$ 120.000,00
10.301.0010.2.037 Manutenção das Unidades Básica de Saúde	R\$ 120.000,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3344)	R\$ 30.000,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3344)	R\$ 30.000,00

Órgão.....08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde	R\$ 34.263,82
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal	R\$ 34.263,82
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (FR 3304)	R\$ 34.263,82

Órgão.....08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde	R\$ 15.000,00
10.302.0010.2.071 Manutenção do equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental	R\$ 15.000,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 3494)	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 199.263,82

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro da seguinte fonte de recurso:

3304 – Alienação de Bens de Saúde	R\$ 34.263,82
3344 – Emendas Individuais - transferência com finalidade definida – Saúde	R\$ 165.000,00
3494 – Bloco de Custeio das Agês e Serviços Públicos de Saúde - Exercícios Anteriores	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 199.263,82

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 26 de fevereiro de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

DECRETO Nº 038, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.

Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.616 de 26 de fevereiro de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R\$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscientos reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....10 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária: 10.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários	R\$ 22.600,00
15.452.0005.2.061 Manutenção do Sistema de Videomonitoramento	R\$ 22.600,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 507)	R\$ 22.600,00

TOTAL R\$ 22.600,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão.....10 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária: 10.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários	R\$ 22.600,00
15.452.0006.2.062 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	R\$ 22.600,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 507)	R\$ 22.600,00

TOTAL R\$ 22.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 26 de fevereiro de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

MUNICÍPIO DE BRASILELÂNDIA DO SUL	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
ATE O 2º SEMESTRE DE 2.024	

R\$ 1,00	
LRF, Art. 48 - Anexo VI	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Receita Corrente Líquida	35.328.861,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	34.529.258,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Despesa com Pessoal	34.529.258,30
DESPESAS COM PESSOAL	
VALOR R\$ 3.000.000,00	
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.547.131,69
Limite Máximo (Inscio I, II, III, Art. 20 da LRF) - (+54,00%)	18.645.799,48
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - (+95% do Limite Máximo)	17.713.590,51
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - (+90% do Limite Máximo)	16.781.219,53
48,60	
DÍVIDA CONSOLIDADA	
VALOR R\$ 2.000.000,00	
Dívida Consolidada Líquida	201.826,74

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
 ESTADO DO PARANÁ
 PORTARIA N.º 196/2025
 DATA: 26/02/2025
 SÚMULA: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato de Empresas.
 O Prefeito Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
 RESOLVE:
 1º) – Fica Nomeado o Sr. Laercio Fernandes, portador do RG n.º 3.313.XXX-3 e do CPF n.º 459.XXX.019-49, Como Gestor do Contrato Prestação de Serviços nº 011/2025, Sr. Moacir Pedroso Dias, portador do RG n.º 5.887.XXX-3 e CPF nº 853.XXX.139-87, Fiscal do Contrato nº 011/2025. Empresa: JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR.
 2º) - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
 3º) - Considera-se de relevância o trabalho do fiscal nomeado, porém, sem ônus para o município. Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2025.
 DEVAIR FABRIS
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
 ESTADO DO PARANÁ
 PORTARIA N.º 104/2025
 SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
 O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 794/2021,
 R E S O L V E:
 Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias para custear despesas de viagem para a servidora JUCÉLIA APARECIDA FAGUNDES MOREIRA RIBEIRO, portadora do CPF nº 050.904.089-63, matrícula funcional 63440, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para viagem até a cidade de Piraquara - PR, com a finalidade de acompanhar internamento de paciente no Hospital San Julian, com saída no dia 27 de fevereiro de 2025 e retorno no dia 28 de fevereiro de 2025.
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2025.
 DENILSON VAGLIERI PREVITAL
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÁ
 ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO N.º 029/2025
 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
 O Prefeito do Município de Iporá, Estado do Paraná, usando das atribuições legais e em especial pelo que determina a Lei Complementar Municipal nº 002/2025, de 03/02/2025, publicada no Órgão Oficial do Município "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em data de 04/02/2025, edição de nº 3208, resolve:
 Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto ao Orçamento Geral do atual Exercício, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 628.565,79 (Seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), destinado a tratar despesas(s) da(s) seguinte(s) Secretaria(s), em conformidade com o que segue discriminado:
 13. SECRETARIA DE PROMOÇÃO DO ESPORTE, LAZER E TURISMO
 13.02. DEPARTAMENTO DE TURISMO
 228990032.2.048000 PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAR POLÍTICA DE FOMENTO AO TURISMO
 3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 10.000,00
 3171 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 10.000,00
 3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R\$ 16.000,00
 3172 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 16.000,00
 3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R\$ 18.401,79
 3173 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 18.401,79
 4.4.90.52.00.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R\$ 5.000,00
 3174 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 5.000,00
 SOMA.....R\$ 49.401,79
 15. SECRETARIA DE EFICIÊNCIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO
 15.01. ASSESSORIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO
 041210003.2.006000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
 3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R\$ 290.850,00
 179 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 290.850,00
 3.1.90.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R\$ 6.384,00
 192 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 6.384,00
 3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R\$ 17.700,00
 3.1.90.14.00.0000 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL.....R\$ 10.000,00
 198 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 10.000,00
 3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 10.000,00
 202 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 10.000,00
 3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R\$ 3.000,00
 203 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 3.000,00
 3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R\$ 12.000,00
 204 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 12.000,00
 4.4.90.52.00.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R\$ 3.000,00
 205 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 3.000,00
 SOMA.....R\$ 352.934,00
 16. SECRETARIA DE GESTÃO DE FROTAS, VEÍCULOS, PATRIMÔNIO, IDENTIFICAÇÃO E JUNTA MILITAR
 16.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 041210003.2.079000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
 3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R\$ 186.900,00
 3127 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 186.900,00
 3.1.90.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R\$ 15.430,00
 3128 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 15.430,00
 3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R\$ 6.500,00
 3129 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 6.500,00
 3.3.90.14.00.0000 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL.....R\$ 3.000,00
 3130 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 3.000,00
 3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 5.000,00
 3131 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 5.000,00
 3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R\$ 2.000,00
 3132 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 2.000,00
 3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R\$ 5.000,00
 3133 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 5.000,00
 4.4.90.52.00.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R\$ 2.000,00
 206 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 2.000,00
 SOMA.....R\$ 226.230,00
 TOTAL.....R\$ 628.565,79
 Art. 2º - O(s) recurso(s) para fazer(em) face ao(s) encargo(s) gerado(s) pelo que determina o Artigo 1º deste Decreto, decorrerá(ão), por Cancelamento de dotação parcial da despesa orçada para o atual exercício, conforme demonstrado abaixo:
 CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO
 10. SECRETARIA DE FINANÇAS
 10.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 999999999.9.999000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 9.9.99.99.00.0000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R\$ 579.164,00
 2583 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 579.164,00
 SOMA.....R\$ 579.164,00
 11. SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 11.02. DIVISÃO DE EMPREGO E RELAÇÃO DO TRABALHO
 228990032.2.048000 PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAR POLÍTICA DE FOMENTO AO TURISMO
 3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 10.000,00
 2774 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 10.000,00
 3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R\$ 16.000,00
 2779 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 16.000,00
 3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R\$ 18.401,79
 2781 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 18.401,79
 4.4.90.52.00.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R\$ 5.000,00
 2785 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 5.000,00
 SOMA.....R\$ 49.401,79
 TOTAL.....R\$ 628.565,79
 Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 Paço Municipal de Iporá, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.
 ROBERTO DA SILVA
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA
 ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO N.º 039, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
 Ementa: Declara situação de emergência pública no Município de Pérola, Estado do Paraná, e dá outras providências.
 A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;
 Considerando, que o Município de Pérola e região tem sido afetado por uma estiagem histórica e crise hídrica no segundo semestre de 2024 e início do ano de 2025;
 Considerando, que para o abastecimento público necessária a regularização de chuvas, para a manutenção dos níveis dos reservatórios e rios;
 DECRETA:
 Artigo 1º Fica declarado situação de emergência pública para todos os fins de direito no Município de Pérola, Estado do Paraná, em razão do alto nível de estiagem e crise hídrica.
 Artigo 2º Os Órgãos e Entidade do Município de Pérola, ficam autorizados a realizarem as comunicações necessárias às ações de conscientização da população quanto à economia e uso racional da água, principalmente o atendimento com o caminhão pipa nas propriedades rurais, onde os poços artesanais são insuficientes para o fornecimento de água para o consumo humano e também para os animais, pelo o nosso Município e formando em sua maioria por pequenos pecuaristas, tanto com gado de corte como também de gado leiteiro.
 Artigo 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Pérola Pr, 26 de fevereiro de 2025.
 VALDETE CUNHA
 Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
 ESTADO DO PARANÁ
 PORTARIA N.º 134
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025
 SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem."
 PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n.º 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho, e conforme dispõe o Decreto n.º. 53 de 31 de março de 2023,
 RESOLVE:
 Art. 1º - CONCEDER 01 (Uma) diária de viagem, no valor de R\$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao Servidor JOCELINO CESAR DA SILVA, matrícula n.º 1761, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:
 Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
 26/02/2025 14:00h/00:00h Maringá/PR
 Conduzir paciente em tratamento de saúde no Instituto da Visão
 I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
 II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
 Douradina/PR, 26 de fevereiro de 2025
 Oberdam José de Oliveira
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
 PORTARIA N.º 135
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
 SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem."
 PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n.º 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho, e conforme dispõe o Decreto n.º. 53 de 31 de março de 2023,
 RESOLVE:
 Art. 1º - CONCEDER 02 (duas) diárias de viagem no valor de R\$ 439,31 (quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos) e 01 (Uma) diária de viagem no valor de R\$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), totalizando o valor de R\$ 1.144,87 (um mil cento e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) ao Servidor MUNICIPAL TIAGO APARECIDO DA SILVA, matrícula n.º 1762, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:
 Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
 27/02/2025 A 01/03/2025 10:00h 22:00h
 Curitiba - Paraná Conduzir paciente em tratamento de saúde na Clínica Clínepe
 I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
 II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
 Douradina/PR, 26 de fevereiro de 2024.
 Oberdam José de Oliveira
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
 ESTADO DO PARANÁ
 PORTARIA N.º 133
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
 SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem."
 PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n.º 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho, e conforme dispõe o Decreto n.º. 53 de 31 de março de 2023,
 RESOLVE:
 Art. 1º - CONCEDER 01 (Uma) diária de viagem, no valor de R\$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao Servidor Municipal TIAGO APARECIDO DA SILVA, matrícula n.º 1762, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:
 Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
 26/02/2025
 04:00h/15:00h Cascavel Conduzir paciente para tratamento de saúde no Hospital Uopecan
 I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
 II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
 Douradina/PR, 26 de fevereiro de 2025.
 Oberdam José de Oliveira
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÁ
 ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO N.º 032/2025
 DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS ADMINISTRATIVAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 SÚMULA: DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
 DECRETA,
 Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Administrativas Municipais nos dias 03, 04 e 05 de março de 2025, devendo o expediente voltar à sua normalidade no dia 05 de março de 2025 a partir das 13:00 horas.
 PARÁGRAFO ÚNICO: Em decorrência do disposto no artigo 1º deste Decreto, não haverá expediente nas repartições Públicas Municipais, exceto das atividades que por sua natureza não permitem paralisar-se como coleta de lixo, Defesa Civil, Guarda Municipal e Hospital Municipal que deverá permanecer de Plantão, obedecendo escala estabelecida pela Secretaria de Saúde.
 Art. 2º A Secretaria de Assistência à Saúde, Postos de Saúde e UBS terá expediente normal no dia 05 de março de 2025.
 Art. 3º A Secretaria de Educação e Cultura respeitará o calendário escolar.
 Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
 Edifício do Paço Municipal de Iporá, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.
 ROBERTO DA SILVA
 Prefeito Municipal

DECRETO N.º 033/2025
 SÚMULA: DECLARA UTILIDADE PÚBLICA DA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO, PARA FINS DE INTERVENÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE INTERSEÇÃO TIPO ROTULAALONGADA NA PRC-272, NO MUNICÍPIO DE IPORÁ.
 O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPORÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
 DECRETA:
 Art. 1º - Ficam declaradas de Utilidade Pública e Interesse Social a supressão da vegetação na área de aplicação da Lei Federal n.º 11.428/2006, para fins de licenciamento ambiental para implantação de interseção tipo rótula alongada o qual está na área de Matrícula n.º 13.846, lote 113 a 115 e 116 a 118 e matrículas n.º 11911 e n.º 11913, localizada no município de Iporá, Comarca de Iporá - PR, livro n.º 2 do Registro de Imóveis de Iporá-PR.
 Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
 Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
 Edifício do Paço Municipal de Iporá, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.
 ROBERTO DA SILVA
 Prefeito Municipal
 EDMILSON FERREIRA DOS SANTOS
 Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA N.º 281/2025
 AUTORIZA O SECRETÁRIO DE EFICIÊNCIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal n.º. 1901/2024 de 18 de abril de 2024,
 RESOLVE:
 I – AUTORIZA O SECRETÁRIO DE EFICIÊNCIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, o Senhor LEANDRO APARECIDO SABINO, a viajar no dia 27 de fevereiro de 2025, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, para tratar de assuntos desta Municipalidade, junto a SESA – Secretaria de Estado da Saúde, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.
 Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.
 Iporá-Pr, 26 de fevereiro de 2025.
 ROBERTO DA SILVA
 Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 282/2025
 AUTORIZA A DIRETORA DA EDUCAÇÃO E CULTURA A VIAJAR A CIDADE DE CASCAVEL NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal n.º. 1901/2024 de 18 de abril de 2024,
 RESOLVE:
 I – AUTORIZA A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, a Senhora LUCI FRANCISCO ALVES ZEIRRA, a viajar nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2025, a cidade de Cascavel no Estado do Paraná, para participar do Seminário UNDIM, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.
 Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.
 Iporá-Pr, 26 de fevereiro de 2025.
 ROBERTO DA SILVA
 Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 283/2025
 AUTORIZA A DIRETORA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL A VIAJAR A CIDADE DE CASCAVEL NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal n.º. 1901/2024 de 18 de abril de 2024,
 RESOLVE:
 I – AUTORIZA A DIRETORA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a Senhora ELISANGELA APARECIDA COGO RONCHI, a viajar nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2025, a cidade de Cascavel no Estado do Paraná, para participar do Seminário UNDIM, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.
 Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.
 Iporá-Pr, 26 de fevereiro de 2025.
 ROBERTO DA SILVA
 Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 284/2025
 AUTORIZA A DIRETORA DOS CEMEIS RECANTO DOS PEQUENINOS E SANTA RITA DE CÁSSIA A VIAJAR A CIDADE DE CASCAVEL NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal n.º. 1901/2024 de 18 de abril de 2024,
 RESOLVE:
 I – AUTORIZA A DIRETORA DOS CEMEIS RECANTO DOS PEQUENINOS E SANTA RITA DE CÁSSIA, a Senhora CRISTINA CAETANO FROILQUI PEREIRA, a viajar nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2025, a cidade de Cascavel no Estado do Paraná, para participar do Seminário UNDIM, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.
 Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.
 Iporá-Pr, 26 de fevereiro de 2025.
 ROBERTO DA SILVA
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA
 ESTADO DO PARANÁ
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 01/2025
 LANÇAMENTO E VENCIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
 - IPTU E TAXAS AGREGADAS - EXERCÍCIO DE 2025
 O Município de Pérola, Secretaria Municipal de Fazenda e Administração e Departamento de Tributação e Cadastro, nos termos do artigo 38, Incisos II e III, da Lei Complementar Municipal nº 033/2013, (Código Tributário do Município de Pérola) c/c Lei Complementar Federal nº 5.172/66, NOTIFICA O (a) senhor (a) proprietário (a) ou possuidor (a) a qualquer título de bens imóveis localizados no perímetro urbano da cidade de Pérola, do lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano e suas taxas agregadas relativo ao exercício de 2025.
 Destaca-se a luz dos fundamentos do Decreto nº 316/2024, que o vencimento dos tributos mencionados, quanto a modalidade de pagamento à vista, poderá ser efetuado em cota única até o dia 11/04/2025, com desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor total dos tributos. Ainda, faculta-se ao sujeito passivo a opção pelo pagamento parcelado em até 03 (três) parcelas, sem benefício fiscal, respeitados os respectivos vencimentos:
 1ª Parcela 11/04/2025;
 2ª Parcela 12/05/2025;
 3ª Parcela 11/06/2025;
 O Documento de Arrecadação Municipal (DAM), também conhecido como Carnê de IPTU, estará disponível pelo canal de comunicação: via site oficial do município, por atendimento telefônico Fixo e Celular por meio de mensagens via SMS / Whats App, por E-mail, para facilitar o acesso à impressão do carnê de IPTU do exercício 2025.
 a) Pelo site Municipal: <http://www.perola.pr.gov.br/>
 b) Clicar no Folder de divulgação do IPTU 2025
 • No campo da lateral direita no ícone IPTU 2025
 • Seleção Tipo do Cadastro (Imobiliário)
 • Digite o número de cadastro sem o dígito zero
 • Seleção um tipo de carnê (IPTU 2025)
 • Opção de carnê (Carnê Completo)
 • Clique em gerar documento
 • Clique em visualizar
 a) Ligações e Mensagens pelo aplicativo Whats App do Departamento de Tributação e Cadastro, por meio do contato (449) 9139-9532 ou ainda ligações para o telefone fixo (44) 3636-8300.
 b) Via e-mail para tributos@perola.pr.gov.br, com as seguintes informações: Nome do Proprietário ou Endereço e número do imóvel ou Número de Matrícula ou número de Cadastro, Lote e Loteamento.
 Na impossibilidade da emissão do carnê pelos canais disponíveis, deverá o contribuinte dirigir-se ao Departamento de Tributação e Cadastro, localizado à Av. Dona Pérola Byington n.º 1.731, Paço Municipal, para retirada do carnê de IPTU do exercício de 2025.
 Ressalta-se que após o vencimento de cada parcela serão cobrados os encargos previstos na Lei Municipal 033/2013, Código Tributário Municipal.
 Com a publicação do presente edital, ficam notificados todos os contribuintes dos tributos acima mencionados.
 Pérola - Paraná, 25 de fevereiro de 2024.
 CARLOS ROBERTO D. DOS SANTOS PEDRO RENATO POIARES BUOSI JULIO ROQUE SOBOTTA
 Sec. Municipal de Fazenda e Administração Diretor do Departamento de Tributação Fiscal de Tributos
 Repubiicado por incorreção

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
 ESTADO DO PARANÁ
 PORTARIA N.º 133
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
 SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem."
 PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n.º 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho, e conforme dispõe o Decreto n.º. 53 de 31 de março de 2023,
 RESOLVE:
 Art. 1º - CONCEDER 01 (Uma) diária de viagem, no valor de R\$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao Servidor Municipal TIAGO APARECIDO DA SILVA, matrícula n.º 1762, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:
 Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
 26/02/2025
 04:00h/15:00h Cascavel Conduzir paciente para tratamento de saúde no Hospital Uopecan
 I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
 II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
 Douradina/PR, 26 de fevereiro de 2025.
 Oberdam José de Oliveira
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA
 ESTADO DO PARANÁ N.º 3.613, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.
 SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.
 A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
 Art. 1º Autoriza abrir o Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R\$ 781.030,59 (setecentos e sessenta e um mil trinta reais e cinquenta e nove centavos), por Superávit Financeiro, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
 Órgão..... 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0011.3.017 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária de Saúde.....R\$ 37.725,03
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 31016).....R\$ 128.954,64
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3500).....R\$ 128.954,64
 Órgão..... 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3518).....R\$ 33.249,99
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 31016).....R\$ 125.469,68
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0011.2.047 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3927).....R\$ 18.276,13
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3914).....R\$ 643,43
 3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA (FR 3904) R\$ 6.000,00
 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3904).....R\$ 392,86
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3904).....R\$ 20.000,00
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.02 Fundo Municipal de Infância e Adolescentes
 08.243.0011.6.004 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3904).....R\$ 18.276,13
 3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA (FR 3904) R\$ 6.000,00
 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3904).....R\$ 392,86
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3904).....R\$ 20.000,00
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0011.2.050 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3913).....R\$ 2.602,76
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3926).....R\$ 187,00
 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3947).....R\$ 25.159,03
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3900).....R\$ 12.535,93
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0011.2.047 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3913).....R\$ 2.602,76
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3916).....R\$ 187,00
 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3916).....R\$ 10.000,00
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3927).....R\$ 10.000,00
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0011.2.042 Programa IDG - SUAS
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3933).....R\$ 2,20
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0011.2.043 Programa IDG – PFB
 3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (FR 3940).....R\$ 3.000,00
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3940).....R\$ 4.074,27
 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (FR 3905).....R\$ 95,47
 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3940).....R\$ 6.000,00
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0011.2.044 PAIF – Prog. Integra a Família
 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3934).....R\$ 10.461,76
 Órgão..... 09 SEC. M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0011.

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE FRANCISCO ALVES 02/2025

PODER DA SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE
Rosimeire Quelen Iani Silva	Elisângela Ferreira de Santana
Aurimar de Oliveira Correa Prata	Maria de Lourdes Paulini Silva
Tânia C. Trazzi Prata	Jessé Antunes dos Santos
PODER PÚBLICO	
Angela Maria da Cruz Pinto (Presidente)	Graciosa Jacinta Grandó Pelissaro (Vice-Presidente)
Juliana Saldeira do Nascimento	Rosani Pereira Ferrari
Angela Luzia Espinha	Marlene Cesari Cahoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES Estado do Paraná

CONVITE

O Prefeito Municipal de FRANCISCO ALVES-PR, ALÍRIO JOSÉ MISTURA, CONVIDA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2024 que se realizará no dia 28/02/2025 (sexta-feira) na Câmara Municipal de Francisco Alves, às 14:00 horas.

ALÍRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025 de 12/02/2025
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, toma público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de premiação (troféus), para eventos desportivos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 20/03/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 20/03/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 20/03/2025.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 30.886,20 (trinta mil e oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br), no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal BLL Compras (<http://www.bll.org.br>).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 26 de fevereiro de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário de Esporte e Lazer
CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2025 de 12/02/2025
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, toma público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de premiação (medalhas), para atendimento dos eventos promovidos ao longo do ano pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 21/03/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 21/03/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 21/03/2025.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 75.969,60 (setenta e cinco mil e novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br), no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal BLL Compras (<http://www.bll.org.br>).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 26 de fevereiro de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário de Esporte e Lazer
CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2025
ID: 2626
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: INOVA ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ: 18.897.308/0001-91
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DURANTE A FESTIVIDADE DE CARNAVAL, INCLUINDO PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS
VALOR – R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
VIGÊNCIA: 25 de fevereiro de 2025 a 30 de abril de 2025.
Tapejara, 26 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
CONVOCAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, através do Senhor Guerino Mendonça dos Santos, no uso de suas atribuições legais, convoca as entidades representativas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA relativa ao 3º Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2024, de acordo com os ditames legais e vigentes, assim como, dar atendimento ao disposto na Instrução Técnica nº 192/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
A audiência pública ocorrerá no dia 28 de fevereiro de 2025 às 10:00 horas na Câmara Municipal. Tuneiras do Oeste, 26 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
CONVOCAÇÃO
A Secretaria Municipal de Saúde, Elizabete Delboni Peres, no uso de suas atribuições legais, convoca o Conselho Municipal de Saúde, as entidades representativas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE relativa ao 3º Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2024, de acordo com os ditames legais e vigentes, assim como, dar atendimento ao disposto na Instrução Técnica nº 192/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
A audiência pública ocorrerá no dia 28 de fevereiro de 2025 às 10:00 horas na Câmara Municipal. Tuneiras do Oeste, 26 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº. 005/2025
DAS PARTES:
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO PATROCÍNIO – PAPE, nos termos e condições abaixo estabelecidas.
OBJETOS:
O presente Termo tem por objetivo o atendimento aos alunos do município de São Jorge do Patrocínio, portadores de necessidades especiais, que participam do Projeto de Equoterapia desenvolvido pela Entidade.
Promover o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais do município de São Jorge do Patrocínio, oferecendo a elas um ensino diferenciado, de acordo com a condição física e mental de cada uma, com acompanhamento médico, psicológico, nutricional, de fisioterapia, hidroterapia, assim como outros de caráter semelhante, considerando que a demanda de pessoas que apresentam necessidades especiais neste município não é suficiente para a criação de uma escola que preste o mesmo atendimento oferecido pela APAE de Altonia/PR.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Termo de Fomento é firmado com o amparo das Leis: Municipal nº. 2.726/2025 de 06 de fevereiro de 2025, publicada em 07 de fevereiro de 2025; Decreto Municipal nº. 007/2017, de 25 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, Resolução nº. 028/2011 de 06 de outubro de 2011, Instrução Normativa 61/2011 de 1º de dezembro de 2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e suas alterações.
VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses no período de janeiro a dezembro de 2025, com término previsto para o dia 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo unilateral fundamentado em razões concretas que a justifiquem, desde que aceitas por ambas as partes.
VALOR:
Os recursos orçamentários e financeiros deste Termo, constituiu-se no valor global de R\$ 111.500 (cento e onze mil, quinhentos reais) que serão repassados em 10(dez) parcelas iguais e mensais de R\$ 11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais), conforme o plano de trabalho apresentado pela entidade que integra o processo de inexigibilidade nº. 007/2025.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Para o cumprimento da transferência financeira prevista neste Termo, será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária: Órgão: 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes; Un. Org.: 02 – Departamento de Educação; Atividade: 12.367.0030.2.072 – Manutenção e Encargos da Educação Especial; Natureza da Despesa 3.3.50.43.99.99 – Subvenções Sociais – Demais entidades do Terceiro Setor.
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
A função de Gestor desta transferência será exercida pelo Servidora Pública ocupante do Cargo Efetivo de Professora, Sra. GERSONITA MACORIM DE SOUZA, brasileira, portadora do RG/CI nº. 7.123.661-7 SSP/PR, nominada através da Portaria nº. 30/2024 de janeiro de 2024.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:
O Tomador dos Recursos deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos bimestralmente no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada bimestre a que se referem, através da Plataforma do Sistema Integrado de Transferências – SIT, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob pena de reprovação e devolução dos recursos financeiros recebidos.
DATA DE ASSINATURA:
São Jorge do Patrocínio, 25 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE EDITAL DE
CHAMAMENTO PÚBLICO/INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025
REPÚBLICAÇÃO POR CORREÇÃO DE OBJETO
CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TERAPIA OCUPACIONAL PARA ATENDER À DEMANDA DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR.
O Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, em conformidade com os termos da Lei 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados que estará recebendo a partir da data de publicação deste Edital, no horário de expediente, das 07:30 (sete horas e trinta minutos) horas às 11:30(onze horas e trinta minutos) e das 13:00(três horas e dezessete horas), no endereço sito à Av. Carlos Spanhol, 164, Centro – Departamento de Licitação, para receber as propostas de interessados para celebrar contrato de credenciamento conforme condições estabelecidas no edital, que estarão à disposição dos interessados junto ao Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, ou via e-mail licitacoesaorge@gmail.com.
Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de expediente, junto a Prefeitura Municipal, ainda pelo telefone (44) 3634-8000, bem como de avisos que venham ser publicados no órgão oficial do município.
São Jorge do Patrocínio-PR, 26 de fevereiro de 2025.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024
OBJETO: REALINHAMENTO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE COFFEE ESPECIAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, OBRAS, AGRICULTURA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E FINANÇAS.
CONTRATANTE: Município de Tapejara-
CONTRATADA: DOMINGUES & SOUZA LTDA. ME
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 012/2024.
VALOR REAJUSTADO:
(Café Miúdo e Torrado PCT. C/500gr)
R\$ 240,99 (vinte e quatro reais e nove centavos)
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº. 14.133/2021, bem como a previsão contida na Cláusula Sexta, §2º da Ata de Registro original e no Artigo nº 17 do Decreto Federal nº 7.892/13.
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tapejara/PR, em 14 de fevereiro de 2025.
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Ronald Adriano Vilas Boas
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 06/2025
O Município de Tapejara, Estado do Paraná, torna público aos interessados, que promoverá licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em conformidade com o disposto no Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. O presente processo é de participação exclusiva para Micro Empresa, Empresas de Pequeno Porte e Microempresários individuais (ME/EPP/MEI) sediadas no âmbito do Município de Tapejara-Pr.
Valor máximo: R\$ 158.294,95 (cento e cinquenta e oito mil duzentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos).
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão – O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será até o dia 13 de Março de 2025 às 09:00 hr (nove horas), e o início da sessão com a respectiva abertura dos envelopes dar-se-á às 09:00 hr (nove horas), nas dependências da Prefeitura Municipal de Tapejara, sito na Rua Paranaguá, 518, na cidade de Tapejara, Estado do Paraná.
Esclarecimentos e Retirada do Edital – A cópia completa do Edital poderá ser obtida no site www.tapjara.pr.gov.br e no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas. Maiores esclarecimentos por parte dos interessados serão obtidos junto a Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, na Rua Paranaguá, 518, em Tapejara/PR ou pelo telefone (44) 3679-8000, ou pelo e-mail: licitacao@tapjara.pr.gov.br, até 03 (três) dias úteis da abertura dos envelopes.
Tapejara/PR, 26 de Fevereiro de 2025.
RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2025
O Município de Tapejara, Estado do Paraná, torna público aos interessados, que promoverá licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, critério de julgamento será o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS CONFORME A DEMANDA ATUAL E FUTURA, INCLUINDO PEDIDOS JUDICIAIS ATRAVÉS DE DESCONTO NA TABELA CMED – CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS, em conformidade com o disposto no Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. O presente processo é de participação exclusiva para Micro Empresa, Empresas de Pequeno Porte e Microempresários individuais (ME/EPP/MEI) sediadas regionalmente no âmbito da AMÉRICA-PR.
Valor máximo: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão – O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será até o dia 13 de Março de 2025 às 14:00 hr (quatorze horas), e o início da sessão com a respectiva abertura dos envelopes dar-se-á às 14:00 hr (quatorze horas), nas dependências da Prefeitura Municipal de Tapejara, sito na Rua Paranaguá, 518, na cidade de Tapejara, Estado do Paraná.
Esclarecimentos e Retirada do Edital – A cópia completa do Edital poderá ser obtida no site www.tapjara.pr.gov.br e no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas. Maiores esclarecimentos por parte dos interessados serão obtidos junto a Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, na Rua Paranaguá, 518, em Tapejara/PR ou pelo telefone (44) 3679-8000, ou pelo e-mail: licitacao@tapjara.pr.gov.br, até 03 (três) dias úteis da abertura dos envelopes.
Tapejara/PR, 26 de Fevereiro de 2025.
RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul

Estado do Paraná
C.N.P.J. 95.640.652/0001-05
Av. Italo Orcelli - Fone (044)3655-8000 - CEP-87565000 - Cafetal do Sul - PR
E-mail: administracao@cafetaldosul.pr.gov.br

DECRETO nº 67/2025 de 21 de fevereiro de 2.025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1000/2024 de 10/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2025, no valor de **R\$ 61.614,96 (sessenta e um mil seiscientos e catorze reais e noventa e seis centavos)**, para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
05.001.10.301.1500.2.022	ATENDIMENTO DA SAÚDE		
438	4.90.52.00.00	290	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
439	4.90.52.00.00	287	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
			Total Suplementação:
			61.614,96

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior para as fontes:..

Fonte	Descrição	Valor
3287 (287)	EST. INVESTIMENTO REABILITACAO MULTIPROFISSIONAL PESSO	1.614,96
3290 (290)	ESTADUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - RESOL. 860/2022	60.000,00
Total		61.614,96

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2.025

PEDRO MINOURI INOUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, n.º 882 - Telefone (44) 3654-1235, Fax (44) 3654-1209
e-mail: pmbsul@brasilandia.com.br

DECRETO Nº 016/2025

Súmula: dispõe sobre a revogação dos decretos que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam expressamente revogados os seguintes decretos: **01)- DECRETO Nº.º 010/2025** (nomeia servidores para o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Brasilândia do Sul-PR, e dá outras providências); **02)- DECRETO Nº.º 011/2025** (nomeia servidores para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Brasilândia do Sul -CMDCA, e dá outras providências); **03)- DECRETO Nº.º 012/2025** (nomeia servidores para o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa -CMDPI, e dá outras providências); e **04)- DECRETO Nº.º 013/2025** (nomeia servidores para a Comissão Municipal de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências).

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães", aos 26 de fevereiro de 2025.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE MARILUZ - PARANÁ

Ofício Nº 020/2025
Mariluz/PR, 26 de fevereiro de 2025.

Assunto: Contrarrazões recursais do Processo Seletivo Simplificado 2025.

Prezados candidatos,

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025 de Mariluz **NOTIFICA** as partes interessadas acerca do recurso interposto pela Sra. Mariluz Nunes da Silva em face do edital de classificação provisória publicado em 20/02/2025.

A contar da data desta notificação, ficam as partes notificadas para, querendo, apresentarem **contrarrazões recursais** no prazo de 03 (três) dias úteis por petição escrita e protocolada junto à Secretaria de Saúde de Mariluz (conforme o endereço indicado no edital de abertura).

Após o término do prazo para apresentação das contrarrazões, a comissão retomará a análise das petições e decidirá sobre as questões preliminares e o mérito recursal, publicando sua decisão e a respectiva classificação definitiva dos candidatos.

Bruna Gabriela Merino

Nancy Mendes Kato

Rosimeire Anastácio da Silva Galindo

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEZAL DO SUL

Rua Espírito Santo nº 861 – Centro – Fone (44) 3655-1174 – CEP: 87.565-000 - Cafetal do Sul-PR

RESOLUÇÃO Nº 001/2025, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

EMENTA: Aprovar o RDQA do 3º Quadrimestre de 2024, Parecer do CMS sobre as Prestação de Conta anual 2024, o RAG – Relatório Anual de Gestão de 2024, e a PAS Programação Anual de Saúde 2025, PAVS 2024 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEZAL DO SUL-PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 366/2005, de 07 de outubro de 2005, considerando a reunião realizada na Câmara Municipal, no dia 24 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o RDQA – Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior referente ao 3º Quadrimestre de 2024, conforme o relatório das aplicações dos recursos em Ações e Serviços de Saúde do Município de Cafetal do Sul.

Art. 2º - Aprovar o PARECER das contas Municipais da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao exercício 2024, aplicações dos recursos em Ações e Serviços de Saúde do Município de Cafetal do Sul.

Art. 3º - Aprovar o RAG – Relatório Anual de Gestão 2024, que apresentou que o município cumpriu as metas e ações pactuadas pelo Fundo Municipal de Saúde do exercício 2024.

Art. 4º - Aprovar a PAS – Programação Anual da Saúde do exercício 2025.

Art. 5º - Aprovar o PAVS (Plano de Ação em Vigilância Sanitária/2024) do Município de Cafetal do Sul.

Art. 6º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Cafetal do Sul-PR, 24 de fevereiro de 2025.

CECÍLIA HITOMI KOWATA
Presidente do CMS

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12º R.L.S. CNPJ 06.089.033/0001-70
AV. ANGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMAZEM FONE (41) 3623-2728
www.cisamerios.com.br

RESUMO DE CONTRATO
011/2025

Termo Aditivo nº 001/2025
Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2021
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12º R.S.
Contratado: **GEOVANELLI & GEOVANELLI LTDA**
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2021, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima sexta, passando o término para 11 de março de 2025.
Valor: até R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) anuais.

Termo Aditivo nº 001/2025
Contrato de Prestação de Serviços nº 025/2022
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12º R.S.
Contratado: **CLÍNICA DE ACUPUNTURA COSTA LTDA-ME**
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviços nº 025/2022, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula sétima, passando o término para 21 de março de 2026.
Valor: O valor do contrato será mantido em R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) anuais.

Termo Aditivo nº 001/2025
Contrato de Prestação de Serviços nº 037/2022
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12º R.S.
Contratado: **INGÁ DIGITAL LTDA - EPP**
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviços nº 037/2022, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima segunda, passando o término para 31 de março de 2026.
Valor: O valor do contrato será mantido em R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) mensais.

Termo Aditivo nº 001/2025
Contrato de Prestação de Serviços nº 027/2022
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12º R.S.
Contratado: **HEALTH GESTÃO EM SAÚDE LTDA-ME**
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviços nº 027/2022, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quinta, passando o término para 10 de março de 2025.
Valor: O valor do contrato será mantido em R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) anuais.

Termo Aditivo nº 001/2025
Contrato de Prestação de Serviços nº 015/2022
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12º R.S.
Contratado: **A. V. TEOLOGOS & CIA LTDA-ME**
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviços nº 015/2022, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula quinta, passando o término para 01 de março de 2026.
Valor: O valor do contrato será mantido em R\$ 264.460,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais) anuais.

Contrato de Prestação de Serviços nº 006/2025
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12º R.S.
Contratado: **A. CRISTINA CUNHA & CIA LTDA - ME**
Objeto: prestação de serviços com a realização de consultas de Psicologia e Psicoterapia especializada para pacientes portadores de deficiência e autismo, no município de Altonia.
Valor: até R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) anuais pelos serviços prestados.
Prazo: A duração do presente contrato será por 12 (doze) meses, terá início em 03 de março de 2025 e término em 03 de março de 2026, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério da contratante, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Fundamentação: Inexigibilidade nº 005/2025.

Umuarama, 26 de fevereiro de 2025.

NILSON MANDUCA
Coordenador

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
ESTADO DO PARANÁ
PSS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025
EDITAL Nº004/2025

O Prefeito do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, considerando a consideração a Lei Municipal nº 2.098, de 09 de Junho de 2017, regulamentada pelo Decreto nº. 093, de 26 de setembro de 2017; alterada pelas Leis Municipais nº. 2.117/2017, nº. 2.557/2022 e nº. 2.722/2025, que dispõe sobre a contratação temporária para atender à necessidade de excepcional interesse público, CONSIDERANDO a prorrogação de prazo para encaminhamento de títulos dos candidatos inscritos no PSS 001/2025 até às 23:59 dos dias 26/02/2025, conforme Item 9.1 dos Editais 002/2025 e 003/2025;

TOMA PÚBLICO o presente Edital nº. 004/2025 que trata da divulgação de Novo Cronograma do PSS/2025, com alteração da data para divulgação do Resultado Preliminar do PSS 001/2025 para o dia 28/02/2025, conforme republicação do Anexo II que segue anexo.

O acompanhamento da publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado é de inteira responsabilidade do candidato, e serão divulgados por meio de publicação no diário oficial do município ou por meio do endereço eletrônico www.sjpatrocinio.pr.gov.br. EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, aos 26 de fevereiro de 2025.

RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº. 021, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a alteração de ação no PPA 2022-2025 Lei nº. 2.263/2021; altera meta no Anexo de Metas da LDO 2025, Lei nº. 2.461/2024, inclui fontes de recursos e abre crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o Art. 30, Inciso III da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.461/2024 e o Art. 5, inciso IV da Lei Orçamentária Anual nº. 2.500/2024. DECRETA

Art. 1º. Fica incluída fonte de recurso no seguinte dotação no Orçamento vigente:
11.002.10.304.0033.2.034 – Manutenção e Encargos da Divisão de Vigilância Sanitária
Fonte: 33500 – BL Investimento na Rede de Serviços de Saúde

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo para o corrente exercício o valor de R\$: 167.263,97 (Cento e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), destinados a ocorrer com despesas classificadas na atividade e nos elementos a seguir discriminados:
11.000.00.000.0000.0.000 – Secretaria de Finanças
11.002.00.000.0000.0.000 – Divisão de Vigilância Sanitária
11.002.10.304.0033.2.034 – Manutenção e Encargos da Divisão de Vigilância Sanitária
Fonte: 33491 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$: 62.666,66
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica R\$: 55.115,00
Fonte: 33500 – BL Investimento na Rede de Serviços de Saúde
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente R\$: 49.482,29
Total R\$: 167.263,97

Art. 3º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como recurso o superávit financeiro do exercício anterior.
SUPERÁVIT FINANCEIRO (disponível e realizável – passivo financeiro) do exercício de 2024
Fonte: 33491 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$: 117.781,68
Fonte: 33500 – BL Investimento na Rede de Serviços de Saúde R\$: 49.482,29
Total R\$: 167.263,97

Art. 4º. Fica alterada a ação no PPA 2022-2025, para o exercício de 2025, Lei nº. 2.263/2021, conforme descrito nos artigos 2º e 3º desta Lei.

Art. 5º. Fica alterado o valor constante no anexo de metas da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2025, Lei nº. 2.461/2024, conforme descrito nos artigos 2º e 3º desta Lei.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor em 26 de fevereiro de 2025.

Tapejara, em 26 de Fevereiro de 2025.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

ADENDO AO EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS – PRAZO DE EXECUÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

O Município de Umuarama-PR, através da Fundação Cultural de Umuarama, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINEC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), informa que, considerando o prazo de execução de até 180 (cento e oitenta) dias estabelecido no presente Edital, o prazo para entrega do relatório final, inicialmente previsto para 30 de maio, poderá ser estendido até 30 de setembro de 2025.

Essa atualização visa alinhar o cronograma às necessidades dos projetos contemplados, garantindo o tempo adequado para a realização das atividades e a devida prestação de contas.

Dessa forma, os proponentes devem observar o novo prazo ao planejarem suas execuções e relatórios finais. Para mais informações ou esclarecimentos, a equipe técnica da Secretaria de Cultura permanece à disposição.

UMUARAMA/PR, 26 de fevereiro de 2025.

RODRIGO FERNANDES PEREIRA
SECRETÁRIO DE CULTURA DE UMUARAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 414/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA

Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R\$ 45.381,00 (quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e um reais) referente ao reequilíbrio econômico financeiro dos Itens: 1, 3 e 4 conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	Saldo dos itens	Unid.	Valor Unit. inicial(R\$)	Valor Unit. com reajuste (R\$)	Valor do reajuste	Valor Total (R\$)
01	Gasolina – COTA PRINCIPAL DE 75% DO VALOR TOTAL DO ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO	29.650	Litros	R\$ 5,19	5,33	0,14	R\$ 4.151,00
03	Diesel S10 – COTA PRINCIPAL DE 75% DO VALOR TOTAL DO ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO	16.000	Litros	R\$ 5,32	R\$ 5,63	0,31	R\$ 4.960,00
04	Diesel S10 - COTA DE ATÉ 25% DO VALOR TOTAL DO ITEM PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP.	17.730	Litros	R\$ 5,32	R\$ 5,63	0,31	R\$ 36.270,00
VALOR TOTAL							
R\$ 45.381,00							

Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.2.097.3.3.90.30.00.00 – D-25 – F-001
70.001.10.122.0002.2.097.3.3.90.36.00.00 – D-27 – F-303
70.001.10.122.0002.2.097.3.3.90.39.00.00 – D-28 – F-303

Cláusula Terceira: Fica alterado o gestor do contrato para o Sr. CARLOS ALBERTO DE ASSIS, inscrito no CPF n.º 844.365.309-49, Diretor de Manutenção da Frota, lotado na Secretaria Municipal de Serviços. E Fica alterado o fiscal do contrato para Sr. JOSE ORLANDO DA SILVA, inscrito no CPF n.º 173.567.769-87, Secretário Municipal de Serviços Rodoviários.

Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas..
Data: 24/02/2025

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO Nº 246/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: NELSON ANTONIO GASPERIN e ELIZABETH ROSA VITORIA GASPERIN
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 05 de setembro de 2025.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal para R\$ 4.346,17 (quatro mil trezentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 26.077,02 (vinte e seis mil setenta e sete reais e dois centavos)

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145 – ED-3.3.90.36.00.00 – D-138 – F-303

Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 24/02/2025

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 065/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: OLIVEIRA E GAZIM CLINICA MEDICA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 20 de fevereiro de 2026.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) mensais, perfazendo o valor total do presente contrato em R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.032 – ED-3.3.90.39.00.00 – D- 110 – F-001
70.001.10.301.0024.2.032 – ED-3.3.90.39.00.00 – D- 111 – F-303

Cláusula Quarta: Fica alterado a fiscal FRANCIMARA MARISE DE ALMEIDA CUSTODIO para o Sr. EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE, inscrito no CPF sob nº 047.109.749-77, Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 20/02/2025
Umuarama, 26 de fevereiro de 2025.
CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA (76.247.378/0001-56) torna público que requereu ao IAT - Instituto Água e Terra, a LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS, para Atividade de pavimentação asfáltica da Estrada 215.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 043/2025

Nomeia, em substituição, dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o artigo 11, da Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 288, de 18 de outubro de 2023;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 341, de 1 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 034, de 5 de fevereiro de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 229, de 29 de julho de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 288, de 17 de setembro de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 357 de 25 de novembro de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 033 de 11 de fevereiro de 2025;
CONSIDERANDO a Carta de Indicação da Associação de Ministros Evangélicos de Umuarama e Região de 14 de fevereiro de 2025;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 005/2025 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 17 de fevereiro de 2025.
CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 15/2025, expedida pela Secretaria Executiva dos Conselhos, em 21 de fevereiro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam abaixo nomeados, para compor o Conselho Municipal do Direito das Crianças e Adolescente, no restante do biênio 2025/2025, os representantes da sociedade civil abaixo relacionadas, nos seguintes termos:
I – JOSÉ FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, portador da Cédula de Identidade RG sob o n.º 15.280.317-6 SSP-PR, representante da Associação de Ministros Evangélicos de Umuarama e Região, como titular, e em substituição a Lucineide Piceilli Pezzini, nomeado nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "c.1", do Decreto Municipal n.º 288, de 18 de outubro de 2023;
II – JULIANA CLARA MONICO, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 9.784.546-8 SSP-PR, representante da Associação de Ministros Evangélicos de Umuarama e Região, como suplente, e em substituição a José Francisco de Paula Junior, nomeado nos termos do artigo 1º, do Decreto Municipal n.º 357, de 25 de novembro de 2024;

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros nomeados por meio dos Decretos Municipais n.º 288, de 18 de outubro de 2023; n.º 341, de 1º de dezembro de 2023; n.º 034, de 05 de fevereiro de 2024; n.º 229, de 29 de julho de 2024; n.º 288, de 17 de setembro de 2024; n.º 357, de 25 de novembro de 2024 e n.º 033 de 11 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de fevereiro de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 043/2025

Nomeia, em substituição, dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o artigo 11, da Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 288, de 18 de outubro de 2023;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 341, de 1 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 034, de 5 de fevereiro de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 229, de 29 de julho de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 288, de 17 de setembro de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 357 de 25 de novembro de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 033 de 11 de fevereiro de 2025;
CONSIDERANDO a Carta de Indicação da Associação de Ministros Evangélicos de Umuarama e Região de 14 de fevereiro de 2025;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 005/2025 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 17 de fevereiro de 2025.
CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 15/2025, expedida pela Secretaria Executiva dos Conselhos, em 21 de fevereiro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam abaixo nomeados, para compor o Conselho Municipal do Direito das Crianças e Adolescente, no restante do biênio 2025/2025, os representantes da sociedade civil abaixo relacionadas, nos seguintes termos:
I – JOSÉ FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, portador da Cédula de Identidade RG sob o n.º 15.280.317-6 SSP-PR, representante da Associação de Ministros Evangélicos de Umuarama e Região, como titular, e em substituição a Lucineide Piceilli Pezzini, nomeado nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "c.1", do Decreto Municipal n.º 288, de 18 de outubro de 2023;
II – JULIANA CLARA MONICO, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 9.784.546-8 SSP-PR, representante da Associação de Ministros Evangélicos de Umuarama e Região, como suplente, e em substituição a José Francisco de Paula Junior, nomeado nos termos do artigo 1º, do Decreto Municipal n.º 357, de 25 de novembro de 2024;

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros nomeados por meio dos Decretos Municipais n.º 288, de 18 de outubro de 2023; n.º 341, de 1º de dezembro de 2023; n.º 034, de 05 de fevereiro de 2024; n.º 229, de 29 de julho de 2024; n.º 288, de 17 de setembro de 2024; n.º 357, de 25 de novembro de 2024 e n.º 033 de 11 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de fevereiro de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 022/2025

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
25/02/2025	FUNDEB	R\$ 130.889,37
25/02/2025	FUNDEB	R\$ 687.246,07

PAÇO MUNICIPAL, aos 26 de fevereiro de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PR - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2024 A DEZEMBRO/2024

RSF - ANEXO (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUCIONADAS (Ólimos 12 Meses)	
	LÍQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO
(R)	(R)	(R)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.576.681,50	-
Personal Ativo	23.860.984,44	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.289.988,94	-
Obrigações Patronais	2.576.798,50	-
Personal Inativo e Pensionistas	4.712.696,06	-
Aposentadorias, Reservas e Reformas	4.033.268,20	-
Pensões	679.427,86	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
Despesa com Pessoal não Classificada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPATILIZÁVEIS (II) do art. 19 da LRF	5.028.343,50	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Despesas de Decisão Judicial de período anterior ao da apropriação	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apropriação	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.712.696,06	-
Agrasos Constitucionais de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §1º)	655.568,19	-
Parcelas devedoras referentes ao plano salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Paramédico (art. 36, §1º)	159.880,25	-
Outras Despesas Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	23.050.340,00	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.831.611,12	-
(1) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.147.712,00	-
(2) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(3) Outras despesas constitucionais ou legais (VII)	864.772,04	-
(4) Outras Despesas Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV) - (V) - (VI) - (VII) - (VIII)	50.019.127,08	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (XIII)	23.050.340,00	46,08
LIMITE MÁXIMO (X) (Inscrito no art. 5º do art. 20 da LRF)	30.011.675,23	60,00
LIMITE PREVIDENCIAL (XI) = (0,55 x X) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.510.802,41	53,00
LIMITE DE ALERTA (XII) = (0,80 x X) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	27.010.336,82	54,00

1 - Não demonstramos exatidão matemática no seguimento quantitativo de cada exercício, na coluna de restos a pagar não classificados, pois os dados do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Essas colunas não influem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamentos podem ser revisadas.

JOSE CARLOS BARALDI
PREFEITO MUNICIPAL

DAYANE GOYVEIA OCBMAN
CONTADOR
CRC - 073749/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
ESTADO DO PARANÁ
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 34/2024 – ID 2568
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2024
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Pelo presente instrumento particular que celebram MUNICÍPIO DE TAPIRA, já qualificado no Contrato ora aditivo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Ronald Rogério Lopes Smarزار, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa S. A. MARQUES & CIA LTDA, já qualificada no contrato ora aditivo, neste ato representada por seu representante ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO
O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Acrescenta-se do valor do contrato a quantia de R\$ 294,75 (duzentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), passando o seu valor para R\$ 137.572,95 (cento e trinta e sete mil e setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos). Redimensionamento do objeto dentro do limite de 25%.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 dias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 10 de fevereiro de 2025

Ronald Rogério Lopes Smarزار
Prefeito Municipal
Contratante
Rogério Aparecido Pastre Marques
S. A. MARQUES & CIA LTDA
Contratada

Testemunhas:
NOME: Edner João Peres da Silva
MAT: 3316
NOME: Caroline Santos Guerreiro
MAT: 3803

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo 001 ao Contrato nº 442/2024 - PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA

Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o reajuste referente ao reequilíbrio econômico financeiro, dos Itens 01, 03, 05 e 06, perfazendo o valor deste Termo em R\$ 296.660,00 (duzentos e noventa e seis mil seiscentos e sessenta reais), conforme descrição abaixo.

Item	Descrição	Valor Atual (R\$)	Reequilíbrio (%)	Reajuste (R\$)	Valor Reequilibrado (R\$)	Qtde a Reequilibrar	Valor Total (R\$)
01	Gasolina – COTA PRINCIPAL DE 75% DO VALOR TOTAL DO ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO	R\$ 5,19	2,69%	R\$ 0,14	R\$ 5,33	206.000	R\$ 28.840,00
03	Diesel S10 – COTA PRINCIPAL DE 75% DO VALOR TOTAL DO ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO	R\$ 5,32	5,83%	R\$ 0,31	R\$ 5,63	322.000	R\$ 99.820,00
05	Diesel S500 – COTA PRINCIPAL DE 75% DO VALOR TOTAL DO ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO	R\$ 5,26	6,08%	R\$ 0,32	R\$ 5,58	395.000	R\$ 126.400,00
06	Diesel S500 - COTA DE ATÉ 25% DO VALOR TOTAL DO ITEM PARA EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP.	R\$ 5,26	6,08%	R\$ 0,32	R\$ 5,58	130.000	R\$ 41.600,00
VALOR TOTAL DO TERMO ADITIVO 001							R\$ 296.660,00

Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
10.001.15.452.0006.2.025 – ED- 3.3.90.30.00.00 – D- 425 – F- 511
10.001.15.452.0006.2.025 – ED- 3.3.90.30.00.00 – D- 428 – F- 1000

Cláusula Terceira: Altera-se o gestor do presente contrato, passando a ser o Sr. CARLOS ALBERTO DE ASSIS, inscrito no CPF sob nº 844.365.309-49, Diretor da Frota da Secretaria de Serviços Públicos.

Cláusula Quarta: Altera-se o Fiscal do presente contrato, passando a ser o Sr. JOSE ORLANDO DA SILVA, inscrito no CPF sob nº 173.567.769-87, Secretário de Serviços Rodoviários.

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 24/02/2025

Umuarama, 26 de fevereiro de 2025

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 044/2025

Nomeia, em substituição, membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
 Procedimento Administrativo nº. 2024/08/13309
 Portaria nº. 51/2024
 Representada: K&M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Contrato nº 150/2024
DECISÃO FINAL
HISTÓRICO PROCESSUAL
 Este Procedimento Administrativo iniciou-se pela Portaria n. 051/2024, de 04 de Outubro de 2024, instaurada pelo Secretário de Saúde, Sr. Edson dos Santos Souza, visando apurar eventuais irregularidades na execução do Contrato n. 150/2024, celebrado entre

o Fundo Municipal de Saúde de Umuarama e a empresa K&M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 006/2024, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, utilizando o incentivo financeiro advindo do Programa de Qualificação da Atenção Primária, Resolução 860/2022, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Conforme Edital de Pregão Eletrônico 006/2024, que podem eventualmente configurar infração administrativa nos termos dos artigos 115, 137, 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 278/2024.

Atendendo ao parecer da Procuradoria Jurídica do Município de Umuarama, que sugere a nomeação de comissão formada por dois servidores estáveis para que esta valide os atos anteriores, analise o processo e redija a decisão final, ficam nomeadas as seguintes servidoras:

-Fernanda Cristine Torres de Almeida, Cirurgiã Dentista, CPF 968.170.119-49, que atuou como Gestora do Contrato 150/2024;
 -Rosane de Oliveira Shirabayashi, Auxiliar de Consultório Dental, CPF 005.885.249-21, que atuou como Fiscal do Contrato 150/2024.

Segundo consta da Representação Consubstanciada na página 01 (um), no dia 23 de Julho de 2024, o departamento de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde, deu recebimento à 35 canetas de alta rotação na DCA (Departamento de Compras e Almoxarifado), uma entrega parcial do objeto do contrato que eram 162 canetas de Alta Rotação da marca NSK, marca japonesa de equipamentos odontológicos, reconhecida mundialmente por sua qualidade, ergonomia e biossegurança. Pois bem. A Cláusula Décima Quarta do contrato 150/2024, no Inciso II, prevê que "os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pela Comissão de Recebimento responsável e poderá se acompanhada pelo Fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta", e no Inciso VI, "O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato", sendo impossível se verificar a originalidade dos produtos no momento do recebimento. Após os fortes indícios de que o objeto do contrato se tratava de produtos falsificados, o Departamento de Odontologia solicitou à empresa K&M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a nota fiscal de importação dos produtos como forma de comprovar a originalidade dos mesmos, sendo que a empresa respondeu dizendo não possuir por não ser importador, e que teria apenas a nota de compra, inclusive a reclamada cita esta fala na representação apresentada à Procuradoria Geral do Município. Na sequência foi solicitado provas contundentes da originalidade dos produtos e a empresa encaminhou alguns certificados de garantia, porém de canetas realmente originais e não daquelas entregue, com números de séries nos certificados incompatíveis com as tais canetas. O fornecedor devidamente credenciado a qual a empresa diz ter selecionado não foi informado para certificação na relação de autorizados pela NSK.

Todos os produtos que são vendidos na parte dental da NSK dentro do Brasil de acordo com o representante oficial da marca na América Latina, é importado pela NSK Nakanishi América Latina Ltda (CNPJ: 18.485.226/0001-95), os produtos são importados do Japão, nacionalizados e vendidos pelos distribuidores autorizados (segue a relação dos autorizados no link <https://www.brasil.nsk-dental.com/contacts/dealers/>), que passam por um processo de credenciamento rígido onde são analisados em 3 principais aspectos: cível, financeiro e regulatório. Se os produtos não são comprados com um dos distribuidores autorizados, existe uma grande possibilidade de serem falsificados, de procedência duvidosa. Tudo o que se importa e é vendido no Brasil, possui um controle de rastreabilidade, através de lotes ou números de série, sendo assim, é possível ter conhecimento de quando foi fabricado, quando foi despachado, e tantos outros dados através dos números de série que vem identificados no produto. O setor de Odontologia encaminhou um documento para a NSK com os dados das 35 canetas entregues pela empresa K&M e recebemos um laudo diretamente da fábrica no Japão onde se comprova que as mesmas não foram produzidas lá e possuem a procedência duvidosa ou seja, não sabem onde foram fabricadas.

A empresa K&M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA estava ciente das suspeitas através de e-mails do setor de odontologia e através do Whatsapp da Acessoria Jurídica, portanto foi informada em tempo hábil antes da instauração do processo administrativo, e lhe foi permitido a oportunidade de se manifestar e apresentar suas alegações de forma adequada e entregar a documentação legal solicitada.

Diante de todos os fatos apresentados, a Secretaria de Saúde solicitou um parecer da Procuradoria Geral do Município acerca de quais providências deveria ser tomadas por esta secretaria a fim de que se tomassem providências legais, e foi recomendado a entrega dos produtos à autoridade policial e lavratura de Boletim de Ocorrência, bem como a instauração do Processo Administrativo, sendo que o Secretário de Saúde determinou que se cumprissem tais medidas. Foi aberto um inquérito policial para averiguação dos fatos e a Secretaria foi informada de que uma perícia técnica está sendo realizada.

Portanto, na análise dos fatos apresentados e após, a Secretaria de Saúde entendeu que restou demonstrado a suspeita das infrações administrativas conforme o artigo 155 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) - que detalha as sanções aplicáveis aos licitantes e contratados, dizendo que será responsabilizado administrativamente em caso de inadimplemento, incorreção, atraso e demais descumprimentos de obrigações, especificamente no Inciso IX do supracitado artigo, que postula sobre: fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

Sendo a empresa notificada às fls. 72, apresentou de defesa administrativa, lotada nas páginas 73 à 91. Na sequência, houve a elaboração do Relatório Circunstanciado (fls. 98 à 101) e posteriormente o Procedimento Administrativo foi encaminhado à Secretaria da Procuradoria-Geral tendo essa, por sua vez, elaborado o Parecer Jurídico de fls. 104 à 115.

É a síntese das diligências.

FUNDAMENTAÇÃO

Iniciando a análise dos autos, pude verificar ao ler a representação (fls. 1 à 3), e analisar o parecer técnico (fls 4 e 5), entendendo que os documentos apresentados no autos se encontram munidos de fundamentações e justificativas adequadas e suficientes para concluir que a empresa K&M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA entregou produtos falsos e em desconformidade com o contrato. Fundamento-me na análise do parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município (fls. 104 à 115) para a aplicação das penalidades adequadas, já que esta autoridade competente tem o poder-dever de responsabilizar administrativamente a empresa contratada por infringir o inciso IX do Artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021 que diz:

"Art.155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 IX- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;"
 E ainda, na Cláusula Décima Oitava- Das Sanções Administrativas do Contrato 150/2024, nas seguintes alíneas:
 i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 j) comportar-se de modo indóneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;

CONCLUSÃO

Assim sendo, devem-se aplicar as seguintes sanções administrativas administrativas pelas infrações acima descritas:

1. Declarar a Empresa K&M MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelas infrações cometidas, conforme descrito na "Fundamentação".
2. Aplicar à referida empresa as seguintes penalidades:
 - Impedimento de licitar e contratar por um prazo de 02 (dois) anos conforme o item "b" da Cláusula Décima Oitava do Contrato 150/2024;
 b) Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar por um prazo de 02 (dois) anos conforme o disposto no art. 19 do Decreto Municipal n.278/2024, e conforme o item "c" da Cláusula Décima Oitava do Contrato 150/2024;
 c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do inciso acima descrito, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato conforme Item II da mesma cláusula do referido contrato.
 -Rescisão contratual, conforme previsto no Capítulo XIV do Decreto 278/2024.

Ainda, conforme previsto em contrato:
 - Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 Publique-se.
 Notifique-se a empresa.
 Umuarama-PR, 06 de Fevereiro de 2025.
 LISBETH PITITTO SCANAVACA
 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Umuarama
 ESTADO DO PARANÁ

RESULTADO PRELIMINAR LISTA DE CANDIDATURAS PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS DESCRITAS ABAIXO, COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR AS DIVERSAS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR, em atendimento à FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA (FCU).

1. CLASSIFICAÇÃO:

Item 01 - Produção de materiais literários, como livros, almanaques e publicações afins, com lançamento previsto para abril de 2025, durante a Festa Literária Capital da Amizade (FLICA). Sendo 2 vagas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) exclusiva para Pessoas Físicas residentes em Umuarama/PR.

Classificação	Nota	Proponente	Nome do projeto	OBS:
1º (cota)	65,75	Valter Mateus Quirino Vidigal	Lançamento do livro "Ódio no cheiro do que eu não posso comprar"	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
1º	56,5	Marcos Roberto Vaz	Umuaraminha: Novas e Antigas Descobertas	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	53,75	Luciano Henrique Goulart Vieira	ARAGO - Fábula para Jovens e Adultos em forma de História em Quadrinhos (almanaque)	Selecionado não classificado.
2º (cota)	53,25	Jair Gilberto de Oliveira	O Espírito que nos Une	Selecionado não classificado.
3º	51,5	José Augusto Pereira da Silva	ROMANCE ANTENAS DA ROÇA	Selecionado não classificado.
4º	46,5	Jhonatha Guilherme de Oliveira	O Mago dos Pincéis do Interior	Selecionado não classificado.
5º	14,5	Jamil Alexandre da Silva	Livro: a cor da virtude	Não selecionado
Desclassificado - projeto repetido	0	Marcos Roberto Vaz	Umuaraminha: Novas e Antigas Descobertas	Desclassificado

Item 2: Realização de um show musical com duração de 1h30 (uma hora e trinta minutos), apresentando um repertório de MPB e Bossa Nova como parte da programação da Festa Literária Capital da Amizade (FLICA), em abril de 2025.

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º Cota	62,75	Romulo Gonçalves da Silva	A Raiz Umuaramense Ainda Vive!	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
1º	58	Édipo Leandro Ferreira	Brasileiro Jobim - Um tributo ao Maestro Tom Jobim	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º cota	54,4	André Luis Costa da Silva	André Costa: Um Sonho, um Violão!	Selecionado não classificado.
2º	49	Djalma Soares de Azevedo Junior	REVIVENDO A TRADIÇÃO PARANAENSE	Selecionado não classificado.
3º	48	Erick Fernando da Costa e Silva	Erick Costa canta Tom Jobim e João Bosco	Selecionado não classificado.
4º	39,25	Anderson Luis da Cruz Santos	Cantando Histórias	Selecionado não classificado.
5º	37	Abner Alan Souza Costa	Abner Costa & Banda apresentam clássicos da Bossa Nova e MPB	Selecionado não classificado.
6º	35	João Vitor Viana	Festa Literária Com Música Popular Brasileira	Selecionado não classificado.

Item 03: Realização de um espetáculo de contação de histórias com 4 (quatro) apresentações, de aproximadamente 1 (uma) hora de duração cada, destinadas aos alunos da rede municipal de ensino e ao público geral. O projeto também inclui a realização de 2 (duas) oficinas formativas voltadas para professores, com duração entre 1h30 e 2h cada, promovendo a troca de conhecimentos e práticas pedagógicas relacionadas à arte narrativa. As atividades integram a programação da Festa Literária Capital da Amizade (FLICA), contribuindo para o estímulo à leitura e à valorização da cultura literária

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º	69	34.566.757 Tayssa Camila Mazetto Mazzo	histórias de monstros nada monstruosas	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	65	Ana Lucia Ribas	"Conta pra nós"	Selecionado não classificado.
3º	62	VINICIUS GUERRA DE SOUZA 08968618992	ERA UMA VEZ UM KLÁSSICO	Selecionado não classificado.
4º	57,5	Samira Brito Medeiros	"Inclusão: Tudo bem ser diferente"	Selecionado não classificado.
Desclassificada	0		O Cabelo de Maria; da Literatura para a Vida Real	Desclassificado

Item 04: Produção de um curta-metragem de 10 minutos para a cobertura da III Festa Literária Capital da Amizade (FLICA), registrando os principais momentos, atrações e depoimentos do evento. O filme destacará a diversidade de atividades, o impacto cultural da festa e a participação do público, proporcionando um registro dinâmico e envolvente da celebração literária.

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º (cota)	73,5	46.937.246/0001-95	PRODUÇÃO DE UM CURTA METRAGEM PARA A III FLICA	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	53	IGOR SILVA GOBBO 11203837909	FLICA em Cena: Histórias que Brilham	Selecionado não classificado.
3º	50,5	31.408.744/0001-73	A Emoção Através das Lentes!	Selecionado não classificado.
4º	49,5	MATHEUS CERVEIRA MORANDO	Cobertura audiovisual da III FLICA	Selecionado não classificado.
Desclassificado	0	Eduardo Alberto de Lima	O FILME DA CULTURA VIVA!	Desclassificado
Desclassificado projeto repetido	0	MATHEUS CERVEIRA MORANDO	Cobertura audiovisual da III FLICA	Desclassificado

Item 05: Organização e montagem de duas exposições de relevância artística ou histórica, com curadoria especializada e estrutura adequada para a apresentação ao público. As exposições serão planejadas para garantir acessibilidade e fruição cultural, destacando acervos, obras ou narrativas que contribuam para a valorização do patrimônio artístico e histórico. A programação incluirá mediação cultural e materiais informativos, visando ampliar o alcance e a compreensão do conteúdo exposto.

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º	6,9	Jaqueline Hardt Silveira	Cores dessa terra	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	5,3	Gabriel Cervejeira Morando	EXPOCRIA	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
Desclassificado	0	Gabriel Cervejeira Morando	EXPOCRIA	Desclassificado

Item 06: Oficina de Fotografia com Exposição de Encerramento - Realização de 01 (uma) oficina de fotografia voltada para a formação artística e técnica de participantes, com foco na prática criativa e na construção de narrativas visuais, composta por um total de 24 (vinte e quatro) aulas, cada uma com duração mínima de 1h30 (uma hora e trinta minutos). A oficina será concluída com uma exposição final aberta ao público, apresentando os trabalhos desenvolvidos durante as atividades:

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º	55,75	Alberto Ricardo Espessato 57702853972	ETERNIZANDO MOMENTOS	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	55,5	CLAUDINEI APARECIDO MORANDO FOTOGRAFO	Oficina de Fotografia - Um novo olhar	Selecionado não classificado.
3º	52,25	49.629.211 SONILDO RUZZENE BELTRAME	Capturando Futuros A Arte Fotográfica Celebrando Alunos do Ensino Fundamental	Selecionado não classificado.

Item 07: Realização de 1 (uma) oficina de artes circenses, com foco em acrobacias, malabarismo, equilíbrio e palhaçaria, composta por um total de 24 (vinte e quatro) aulas, cada uma com duração mínima de 1h30 (uma hora e trinta minutos), com material incluso e montagem de espetáculo. O projeto será concluído com uma apresentação final, aberta ao público, para demonstrar as habilidades desenvolvidas pelos participantes ao longo das atividades

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º	67	CARLA ROBERTA MARTINS DONADONE	Circo da Comunidade: Transformando Vidas com Arte e Diversão	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	62	Marina Mielko Nishi	Malabares da Vida	Selecionado não classificado.

Item 08: Realização de 1 (uma) oficina de viola caipira, composta por um total de 24 (vinte e quatro) aulas, cada uma com duração mínima de 2h (duas horas), incluso a equipação com uniformes e demais materiais que sejam necessários para excelência das apresentações. O projeto será concluído com uma apresentação final, aberta ao público, para demonstrar as habilidades musicais desenvolvidas pelos participantes ao longo das atividades.

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º	60	Aparecida do Nascimento Mota	"Chora Viola"	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	43	TIAGO DIAS LOPES	Projeto cultural Flica Viola	Selecionado não classificado.

Item 09: Realização de 1 (uma) oficina de artesanato, com material incluso, a ser realizada de 05/05 a 09/05, com duração de 2 (duas) horas por aula, totalizando 5 (cinco) dias de atividades e 10 (dez) horas de carga horária.

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
1º	57	Ronaldo Jose Moreira	Artesanato e Sustentabilidade para Mulheres em vulnerabilidade social de Umuarama	Selecionado e classificado para a etapa de Habilitação
2º	56	Ketlen Mariana	Oficina de Bordado à Mão - "Pontos e Memórias: Arte, Afeto e Tradição"	Selecionado não classificado.

Classificação	Nota	Proponente	Projeto	Obs.
3º	42	Caio Prado Milan	Aulas de Desenho e Pintura	Selecionado não classificado.

2. Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção que deve ser apresentado por meio de e-mail: cultura@umuarama.pr.gov.br no prazo de 3 (três) DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município e no site oficial da Fundação Cultural (FCU): <https://umuarama.pr.gov.br/secretaria/fundacao-cultural/>.

3. O agente cultural deve encaminhar os documentos de habilitação por meio de Plataforma Eletrônica no link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScioZ7u1Z7UJEGa1grRho0Oe5iQyEEnQJHvq_PhoocIa2Q/viewform

4. DE ACORDO COM O ART. 19, § 1º DO DECRETO 11.453/2023 ESTA ETAPA NÃO PODE SER REALIZADA JUNTAMENTE COM A ETAPA DE SELEÇÃO. SOMENTE OS AGENTES CULTURAIS JÁ SELECIONADOS TERÃO A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

PARCEIRISTAS (EMPRESA CONTRATADA - OPERACIONALIZAÇÃO - CNPJ: 43.661.399/0001-64)

Secretário de Cultura de Umuarama
 RODRIGO FERNANDES PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
 TERMO DE RATIFICAÇÃO
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o Parecer Jurídico prevê a inexigibilidade em conformidade ao art. 74 da Lei nº 14.133/21, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74 da Lei de Licitações, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 003/2025, referente ao RELAÇÃO DE PLANTÕES DE MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, QUE SERÃO REALIZADOS DURANTE O MÊS DE FEVEREIRO DE 2025, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), CONFORME PREVISÃO NA ESCALA EM ANEXO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR, em conformidade com Edital do Chamamento Público nº 008/2024. Em favor dos profissionais VR FERMINO LTDA. CNPJ: 52.078.244/0001-90 Com o valor de R\$-71.465,00 (setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais) Tudo nas condições previstas no mencionado Edital de Chamamento Público nº 008/2024. Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no art. 5 da Lei nº 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado. Tapejara, 26 de fevereiro de 2025.
 RIONALDO ADRIANO VILAS BOAS
 Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ
 Ata da Audiência Pública da Câmara Municipal de Tapira - Paraná para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2024. Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, reuniram na Câmara Municipal de Tapira, o presidente do Legislativo Vanderlei, os membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, controladora interna, vereadores, assessor jurídico, contador e demais pessoas (que constam na lista de presença que faz parte integrante desta ata). Ao iniciar os trabalhos o presidente da câmara apresentou seus cumprimentos agradecendo a presença de todos e declarou aberta esta Audiência Pública da Câmara, que visa demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2024, em cumprimento contido no Parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Edital de Audiência Pública da Câmara N.º01/2025 foi publicado no Diário Oficial do Município, "Jornal Umuarama Ilustrado", no dia vinte e um de fevereiro do corrente ano, na página B16. Continuando o contador da câmara Joel, usou a palavra e apresentou o balancete da despesa da câmara do período de setembro a dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro. Após suas explicações, não houve questionamentos. Continuando não havendo mais nada a tratar, o Presidente declarou encerrada esta Audiência Pública da Câmara de Tapira, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização da Câmara e pelos demais presentes que assim desajerem.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
 ATO DA MESA Nº 016/2025
 SUSPENDE AS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 27, I do Regimento Interno - Resolução nº 001/2016, R E S O L V E:

Art. 1º Fica suspenso o expediente administrativo e legislativo deste Poder, nos dias 03, 04 e 05 do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 26 de fevereiro de 2025.
 JOÃO PAULO DE OLIVEIRA LEITE
 Presidente
 LUCINEIA ANTONIA DIAS PEREIRA
 Primeira Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
 AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025
 INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025
 REPUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO DE OBJETO

CREDECIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TERAPIA OCUPACIONAL PARA ATENDER À DEMANDA DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR. O Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, em conformidade com os termos da Lei 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados que estará recebendo a partir da data de publicação deste Edital, no horário de expediente, das 07:30(sete horas e trinta minutos) horas às 11:30(onze horas e trinta minutos) e das 13:00(treze horas e trinta minutos/dezesseite horas), no endereço sito à Av. Carlos Spanhol, 164, Centro – Departamento de Licitação, para receber as propostas de interessados para celebrar contrato de credenciamento conforme condições estabelecidas no edital, que estarão à disposição dos interessados junto ao Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, ou via e-mail licitacaosaojorge@gmail.com. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de expediente, junto a Prefeitura Municipal, ainda pelo telefone (44) 3634-8000, bem como de avisos que venham ser publicados no órgão oficial do município.
 São Jorge do Patrocínio-PR, 26 de fevereiro de 2025.
 RONALDO TINTI
 Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

LUZ

O JORNAL CERTIFICA AS
PUBLICAÇÕES LEGAIS COM
PONTUALIDADE E
TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO
A SEGURANÇA JURÍDICA.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.